



econômico

— revista mensal —

Ano II

N.º 21

Janeiro/71

Cr\$ 2,00

DELEGACIA DE CONTABILIDADE DO RIO G. NORTE
FUNDACÃO IBGE

NÚMERO DE ASSINANTE
VENDA PROIBIDA

Marcos Formiga - o planejador do Governo de Cortez



Sal voltará
a ser um
grande negócio

especial

Mário Pôrto:
“em matéria de
minério, RN está
na era da pedra
lascada”

402



Opiniões

ALVARO ALBERTO SOUTO FILGUEIRA BARRETO — Diretor técnico de Souto Engenharia S. A. e presidente do Conselho de Orientação da **APERN** — "Leio sempre RN-Econômico e acho-a uma publicação que tem contribuído de maneira decisiva para a valorização de nossas coisas, no que se refere a desenvolvimento econômico. É uma revista que dá vontade da gente ler e que tem estado lado a lado com êsse surto de desenvolvimento que estamos atravessando. Apesar da nova e de disputar com outras publicações tecnicamente mais apresentáveis (as do sul do país) não deixo de ler antes RN-Econômico, quando na minha mesa estão ela e outras revistas do seu gênero. É um hábito para mim e, creio, para outros homens de empresa, ler o RN-Econômico".

Engenheiro KLEBER BEZERRA — "Acho que a revista, nessa fase de publicação mensal, está sensivelmente melhor do que quando era quinzenal. É revista que veio preencher uma lacuna nas nossas publicações especializadas. Informa bem acerca do que interessa aos que tratam de assuntos e questões sócio-econômicas em nosso Estado. Há muitas revistas nacionais da sua especialidade, mas o fato dela ser regional, e tão bem feita, enfocando os problemas locais com tanta propriedade, lhe dá uma importância ainda maior. Deve ser prestigiada por todos".

ROBERTO VARELA — Diretor-gerente da **Usina São Francisco** — "A publicação é muito interessante. Tem sempre boas informações para o empresariado e a atualização dos assuntos de que trata é sem dúvida uma das razões do seu sucesso. A revista deve continuar assim, principalmente quanto à pontualidade da entrega, que é infalível. Quando estamos sentindo a sua falta, ela chega à nossa mesa de trabalho".

TICIANO DUARTE — Auditor do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte e Editor-Chefe do jornal **Tribuna do Norte** — "É uma revista que o Estado reclamava há muito. Especializada, séria, integrada na nova dinâmica sócio-econômica da região e do país. Pelo transcurso do seu primeiro aniversário, ocorrido há dois meses, os seus fundadores e redatores e colaboradores estão de parabéns. O mais é desejar que ela continue assim como está, ou que melhore cada vez mais, trazendo êsses informes tão necessários à classe empresarial do nosso Estado, necessitada há muito de uma publicação de sua natureza".

DEPUTADO MARCILIO FURTADO — Vice-presidente da **Assembléia Legislativa**, presidente do **Sindicato do Comércio Varejista** e do **Conselho Deliberativo do Clube de Diretores Lojistas** — "Acho a revista excelente, com uma impressão gráfica convincente, que atende ao objetivo que persegue. Acho que o comércio, a indústria, os poderes públicos devem sempre prestigiá-la. É um veículo informativo que traz sempre para os homens de empresa assuntos de mais alta relevância, abordando-os com correção".

AUGUSTO MONTEIRO DE MEDEIROS — Representante da **Federal de Seguros S/A no Rio Grande do Norte** — "Sem dúvida nenhuma, é a revista **RN-ECONÔMICO** um órgão de informações que insere matérias de interesse para os diversos ramos de atividade empresarial, propondo assim maior rendimento para os homens de negócio. A **Federal de Seguros S/A** é assinante desta magnífica revista e até pela sua penetração em outros Estados, fomos autorizados pelo Dr. Nadir Rodrigues Pereira Diretor-presidente da empresa, a obter uma assinatura para a nossa Matriz, dado o conceito que a publicação já granjeou lá fora".

EDITORA
RN-ECONÔMICO
LIMITADA

Avenida Rio Branco, 533 - 1.º andar - Salas 15 e 16
Edifício São Miguel — Natal (RN)
C. G. C. M. F. N.º 08423279

Diretor de Redação
Marcos Aurélio de Sá

Diretor Administrativo
Marcelo Fernandes

Diretor Comercial
Cassiano Arruda Câmara

Redatores:

Albimar Furtado
Alcimar de Almeida
Hélio Cavalcanti
Sebastião Carvalho

Departamento Fotográfico
Jaeci Emerenciano

Colaboradores:

Benivaldo Azevedo, Cortez Pereira, Dalton Melo, Edgar Montenegro, Eider Furtado, Fernando Paiva, Francisco Canindé Queiroz, Geraldo Guedes, Hélio Araújo, Hênio Melo, Joanilson de Paula Rêgo, João Batista Cascudo Rodrigues, João Wilson Mendes Melo, Jomar Alecrim, José Cavalcanti Melo, Leonardo

Bezerra, Mário Moacyr Pôrto, Moacyr Duarte, Ney Lopes de Souza, Nivaldo Monte (Dom), Otto de Brito Guerra, Reginaldo Teófilo, Severino de Brito, Ubiratan Galvão, Walfredo Gurgel (Monsenhor).

RN-Econômico, revista especializada em assuntos econômicos, financeiros e políticos, é de propriedade da **Editora RN-Econômico Ltda.** — Avenida Rio Branco, 533 - 1.º andar, salas 15 e 16 Edifício São Miguel - Natal (RN) e impressa na **Gráfica Manimbu** Rua Açu, 66, Natal (RN) - Preço do exemplar: Cr\$ 2,00 - Números atrasados: Cr\$ 2,50 — Preço da Assinatura Anual Cr\$ 20,00.

A partir do presente número, RN-ECONÔMICO chega às mãos dos seus leitores com uma nova dinâmica informativa/formativa, dentro da qual cada centímetro do nosso espaço será aproveitado da melhor forma possível, ensejando maior volume de reportagens, artigos e notícias sobre os assuntos econômico-financeiros do Rio Grande do Norte.

A feição gráfica do RN-ECONÔMICO, que agora já se apresenta com algumas modificações, será ainda mais aperfeiçoada para que nos aproximemos neste aspecto às melhores revistas especializadas do país.

Marcos Formiga, futuro Secretário de Planejamento do Estado, concedeu entrevista exclusiva a RN-ECONÔMICO sobre as metas de Cortez Pereira, sobre os problemas que o novo Governo terá de enfrentar, sobre os pontos positivos e negativos da situação atual do Estado. Uma entrevista muito feliz e um retrato da humildade e seriedade com que esse futuro auxiliar direto da Administração Estadual trata dos nossos problemas econômicos.

Ainda nesta edição, matéria completa sobre o Secretariado de Cortez Pereira, com uma apresentação de cada um dos futuros auxiliares do Governo. Nesta reportagem, fica respondida a pergunta: **foi válido o curso de Ponta Negra?**

Mário Pôrto, homem de empresa e estudioso dos temas relativos à mineração, declara enfaticamente: **em matéria de minério, o Rio Grande do Norte está na era da pedra lascada.** Mas ele não se restringe apenas a ressaltar a triste evidência; ele apresenta fórmulas que poderão solucionar o problema da pesquisa e da produção mineral no Estado.

Por fim, uma boa notícia para os salineiros. O sal poderá ser de novo um grande negócio, segundo assinala nossa reportagem sobre o assunto.

Boa leitura!

RN-Econômico

Revista Mensal
para Homens de Negócios
Ano II — N.º 21 — Janeiro de 1971



Reportagens

Censo econômico do Estado será em março	6
Um Secretariado jovem e um Governador cheio de idéias prontos para assumir o poder	7
Marcos Formiga: este rapaz será o gênio do planejamento no Govêrno de Cortez	9
Estado vai lançar um novo produto no mercado interno: o nosso velho sal	11
Em matéria de minério, o Rio Grande do Norte está na era da pedra lascada	13
O côco de praia será aproveitado integralmente	18
Artigos do artesanato potiguar vão penetrar no mercado externo	20
A Bolsa fez sucesso em 1970	23
APERN em Mossoró	24
Bandern financiará com 3,5 milhões o plantio de arroz no vale do Açú	27
O novo Secretário de Finanças garante dinamizar arrecadação	28
1971 — Sêca ou inverno	29
Empresários opinam sobre Secretariado	30

Seções

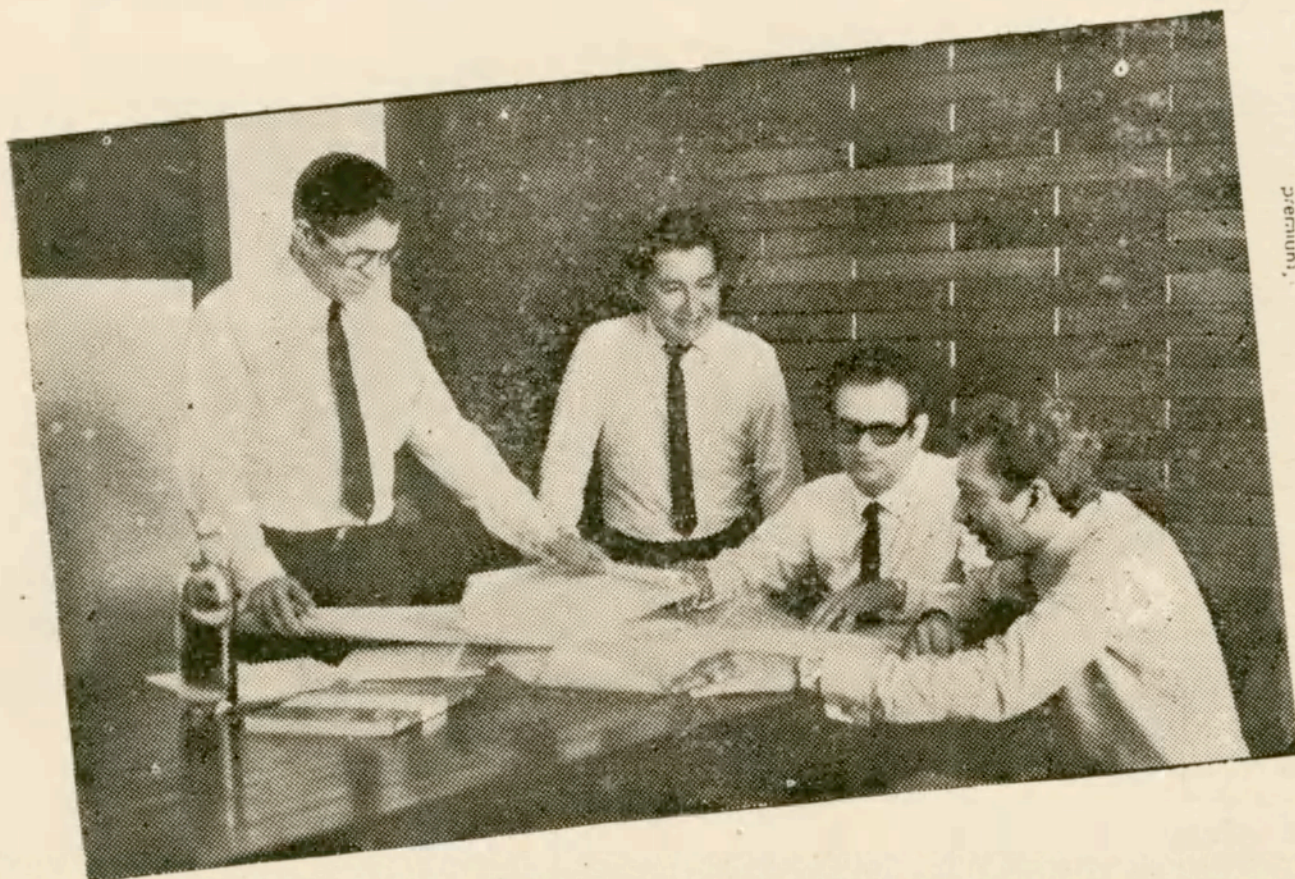
Opiniões	2
Editorial	5
Homens & Empresas	16
Agenda do Empresário	22
Direito Fiscal	26

Artigo

A reforma administrativa como suporte para o desenvolvimento	21
--	----

Prof. Edmur A. Chieregatto

um time que só tem técnicos...



rumicard

ASSISTENCIA TÉCNICA
organização administrativa da empresa, etc.
sistema de custos
estudos de arranjo físico (lay-out)
programação e controle da produção
estudos de métodos e medidas de trabalho

•••
ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA

implantação
expansão
modernização
relocalização



NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA INDUSTRIAL

Av. Tavares de Lira, 109

CONVÊNIO BANDERN/SUDENE

Fora com a sêca

H

á algum tempo, o início de cada ano vem se caracterizando como um instante prolongado de aflição, temor, dúvida. Todos aqueles que no Rio Grande do Norte têm na agropecuária os seus meios de subsistência e de lucro, começam cedo a sofrer a indefinição do tempo e a incerteza do inverno. E, como neste Estado mais de 70% da população vivem do que a terra lhes dá, o início de um ano novo marca sempre o perigo da fome e da miséria. É o fantasma da sêca que ronda todos os quadrantes da região Nordeste, apavorando as gentes, criando graves problemas para os governos e solapando a débil estrutura econômica dos Estados.

Em 1970, não fôra a providencial encampação dos problemas da fome e do desemprego pelo Governo Federal, teria sido impossível calcular os efeitos desastrosos da sêca. Ainda assim, não poderam ser evitadas as invasões de cidades, o êxodo desordenado para o Sul, a falta de alimentos na região, e outros tantos acontecimentos tristes. E 1971 — embora a sêca não esteja configurada — começou a imitar os exemplos do ano anterior, com as notícias de fome no Ceará, saques às feiras do Interior, retardamento das chuvas e até a desesperada tentativa de promover chuvas artificiais, tudo no Estado vizinho ao Rio Grande do Norte. O drama do Nordeste se repete... seus personagens começam a sofrer antes de encená-lo.

T

orna-se urgente uma medida que liberte o povo nordestino do pavor e da dúvida das sêcas, seja através de uma ação voltada para a agricultura irrigada, que não dependa da chuva para existir, ou seja através da descoberta de novas atividades econômicas que permitam ao povo trabalhar e viver sem as tensões e o horror que uma sêca sugere hoje.

No Rio Grande do Norte, conforme asseguram empresários e técnicos que conhecem profunda-

mente nossos problemas, é exequível a irrigação de extensas áreas do Estado, pois dispomos de recursos de água e de solos altamente expressivos, que se aproveitados racionalmente fariam surgir sistemas de exploração agropecuária resistentes às sêcas. Também é possível encontrar uma nova atividade econômica para milhares de norte-riograndenses, através da ampliação das possibilidades de produção mineral. Os bem informados sabem que em 1970 nosso Estado exportou 6 milhões de dólares de scheelita e sabem que essa soma representa algumas vezes mais o valor de toda a nossa produção agrícola em igual período. Hoje, são cerca de 5 mil homens que trabalham em mineração no Rio Grande do Norte, espalhados pelas dezenas de garimpos e pelas poucas minas que nós temos. Um operário de mineração ou um garimpeiro tem hoje sua remuneração acima de 200 cruzeiros por mês, enquanto o trabalhador rural geralmente ganha menos do que o salário mínimo regional.

O

que defendemos e pretendemos provar é que o incentivo do Governo do Estado à atividade minerária será da maior importância e poderá significar a solução de um grande problema. O Rio Grande do Norte já registrou mais de 300 ocorrências de scheelita, exatamente nas zonas que durante a sêca são mais castigadas (municípios de Lages, São Tomé, Cerro Corá, Santana do Matos, Currais Novos, Caicó, Jardim do Seridó, Parelhas, e mais alguns outros). Bem pesquisadas, mesmo pelos métodos mais rudes e tradicionais, uma boa parte dessas ocorrências poderia ser caracterizada como de exploração viável e passar a render mais divisas para o país, mais empregos e mais riqueza para o Rio Grande do Norte. O desembargador Mário Pôrto, Diretor-Presidente da maior empresa de mineração do Estado, não considera exagero o fato de que nós podemos, a curto ou a médio prazos, duplicar e triplicar nossa atual produção de scheelita, duplicando e triplicando também o número daqueles que, na exploração dos minérios, teriam um padrão de vida mais promissor e a recompensa pelo seu trabalho mais justa.

Censo econômico do Estado será em março

Possivelmente em março será iniciado o Censo Econômico do Rio Grande do Norte. O delegado regional da Fundação IBGE, sr. Cid Craveiro, acha assim, mas até agora não recebeu instruções definitivas sobre o assunto. Mas ele já sabe que o Censo Econômico vai constar de quatro levantamentos distintos que, feitos paralelamente, darão a medida exata do Estado no que se refere ao movimento Comercial, Industrial, Agrícola e de Prestação de Serviços.

Nesse levantamento quádruplo e conjunto, o que mais importa para o IBGE é o Agrícola, para o qual se vai aproveitar a mesma divisão do Censo Demográfico. Serão 1.465 setores, ou seja, esse será o número de recenseadores, que vai percorrer desta feita não a zona urbana, mas as fazendas, sítios, granjas, etc., a fim de compilar dados que possibilitarão se saber tudo que se refere à agricultura no Estado: número de propriedades, ramo de exploração, pessoal ocupado, implementos agrícolas usados, área cultivada, área não cultivada, produção, custos, população pecuária: bovinos, caprinos, muares, suínos, etc.

O sr. Cid Craveiro diz que o Censo Econômico vai ser feito em 90 dias, porque os dados a coletar são muitos e as distâncias e dificuldades de acesso às fontes de informação também.

OS OUTROS DADOS

Afora a coleta de dados para relacionar tudo o que somos e possuímos em termos de agricultura, o Censo Econômico vai propiciar se saber, quanto à atividade Comercial e Industrial: pessoal empregado, ramo de atividade, capital aplicado, maquinaria utilizada, produção, despesa com manutenção.

Para esse levantamento o Estado vai ser dividido em três grandes áreas: Natal, Mossoró e Seridó, cada uma envolvendo to-

dos os municípios que fiquem em suas imediações.

Paralelamente a essas duas, a última coleta do Censo Econômico: prestação de serviços. Será o detalhe preciso sobre as chamadas profissões liberais. Serão ouvidos barbeiros, alfaiares, médicos, dentistas, relojeiros, donos de bares, de oficinas, engenheiros, sapateiros, marceneiros, etc.

A elas será perguntado tudo sobre: características do negócio, ramo de atividade, capital aplicado, movimento financeiro, mercadorias adquiridas, estoque existente em determinada época.

Quando se refere a "estoque existente em determinada época" o Sr. Cid Craveiro diz que o Departamento do Censo da Fundação IBGE resolveu fazer o levantamento de estoque justamente em março porque as firmas já terão concluído o seu movimento relativo ao ano anterior e poderão prestar uma informação que geralmente era negada nos censos anteriores, sob a alegação de não se haver ainda terminado balanços, etc. O que teria acontecido em setembro, por exemplo.

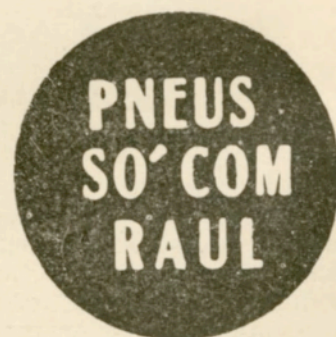
AVALIAÇÃO

Mas antes de iniciar o Censo Econômico o IBGE local vai, durante 15 dias, efetuar um trabalho que o Departamento de Censo denominou "Avaliação da Precisão da Coleta Do Censo Demográfico". É uma espécie de verificação do último censo realizado, uma experiência pioneira no Brasil. Vai ser feita porque, como diz o dr. Cid Craveiro, "numa operação de censo nunca se pode evitar deslizes, por culpa do recenseado e, por que não dizer, até do recenseador".

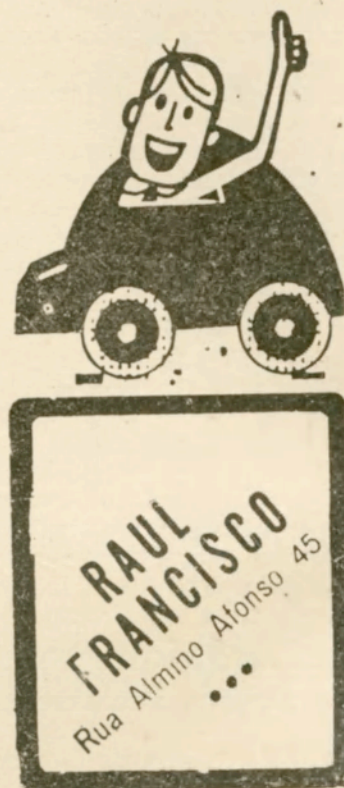
A amostra, que vai ser feita durante 15 dias do mês de janeiro, vai utilizar uma em cada 10 residências dos diversos municípios. Serão empregados questionários de 13 quesitos princi-

pais e 5 secundários que, respondidos, servirão para avaliar a exatidão ou não dos dados computados de acordo com o Censo de setembro último.

Depois de completada a complicação dessa avaliação é que se partirá para a realização do Censo Econômico.



Para você não perder tempo, Raul coloca a sua disposição um carro 69 enquanto você troca os pneus do seu carro



Um secretariado jovem e um Governador cheio de idéias prontos para assumir o Poder

Mesmo antes de tomar posse no Governo do Estado, o professor Cortez Pereira já marcou um tento valioso: a formação de uma equipe administrativa.

No Rio Grande do Norte, quando um novo Governo estava prestes a se instalar, invariavelmente, surgiam as vedetes ou estrelas de cada secretariado, o que, desta vez, não aconteceu, pois, acima disto a opinião pública comprou a idéia de uma equipe, de um todo.

Este primeiro tento marcado é fruto principalmente da realização, no Centro de Treinamento do SAR, em Ponta Negra, do "Seminário de Planejamento e Administração do Desenvolvimento" — o cursinho do Secretariado — que, se visto apenas por este ângulo, deixa de afigurar-se como uma despesa inútil, para ser um investimento dos mais rentáveis.

A convivência de três semanas, o relacionamento pessoal a humildade do grupo em geral, e, em particular, do próprio Cortez Pereira, foram os principais condimentos para que os nomes escolhidos para o corpo de auxiliares diretos de Cortez perdesse a sua heterogeneidade inicial, para — pelo menos — uma homogeneidade de propositos. Isto torna bem mais real qualquer esforço em busca do desenvolvimento econômico, o que, sem a menor dúvida, é resultado de um trabalho integrado, do esforço comum, da ajuda mútua de vários órgãos da administração, que, com a identidade dos seus titulares, bem mais facilmente poderão trabalhar em conjunto.

CURSINHO DE PONTA NEGRA



O Seminário de Planejamento e Administração do Desenvolvimento transformou o Secretariado em uma equipe de verdade

ESTA É A EQUIPE

Feita uma média de idade dos participantes do "Seminário", se tem o número bastante razoável: 36 anos, havendo poucas variantes maiores (para mais ou para menos) em torno deste número.

Deixando de lado o academismo da publicação dos currículos dos candidatos, muitas vezes sem refletir as próprias aptidões de cada um, RN-ECONÔMICO, pelas observações feitas principalmente durante a realização do Seminário e conversas mantidas com cada um dos membros da equipe, vai tentar mostrar um retrato diferente de cada um: o papel que cada um vai exercer no novo Governo.

CASA CIVIL — Ney Lopes de Souza

Para a Casa Civil, a pasta política do Governo, Cortez Pereira,

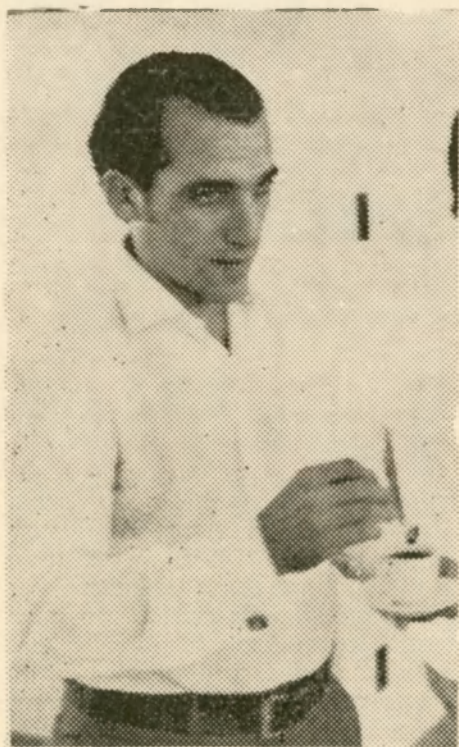
talvez surpreendendo a muitos, convocou um homem sem atuação partidária: o jovem advogado Ney Lopes de Souza, 26 anos, com atuação marcante no jornalismo — notadamente na fase áurea de A ORDEM — tentando depois a imprensa pernambucana e retornando ao Estado para uma experiência eleitoral sem sucesso: sua candidatura — de protesto — a deputado federal pelo MDB, em 1966. Formando-se em Direito, como advogado ganhou um bom conceito, especializando-se em Direito Fiscal. No Governo, será um elo de ligação do Governador com os outros Poderes e com a classe política em geral.

BANDERN — Osmundo Faria

A presidência do Banco do Rio Grande do Norte será entregue a um empresário. Mesmo tendo sido candidato — vitorioso — a

suplente de senador nas últimas eleições, **Osmundo Faria** continuou sendo principalmente o empresário. Tem livre trânsito em todas as áreas, mesmo em determinados setores oposicionistas. Espera transformar o **BANDERN** num banco eminentemente comercial, partindo de início para uma política agressiva junto ao comércio para aumentar o volume de operações. Para a Diretoria convocou dois técnicos: **Marlênio Camboim Coutinho** e **Canindé Miranda**, ambos oriundos do Banco do Nordeste.

FINANÇAS —
Aristides Braga



José Aristides Braga veio do Banco do Nordeste para a Secretaria de Finanças. À primeira vista, pode parecer um **caladão**, mas na convivência, esta sua faceta ganha uma outra conotação: a de um observador atento. Já está plenamente entrosado na equipe. Mesmo quando provoca o falador fala pouco do que pretende fazer, dizendo que ainda não conhece bem a situação de sua pasta. Pretende um maior entrosamento entre o contribuinte e o Estado.

EDUCAÇÃO —
Dalton Melo



Dalton Melo de Andrade, Secretário de Educação, já é uma própria definição da atuação desta pasta. Oriundo do meio empresarial, ingressou no magistério universitário com a preocupação constante de buscar uma saída para o impasse. Tem vasta experiência no setor, como representante da CNAE (Comissão Nacional de Atividades Espaciais) que desenvolve um programa de educação por tv-via-satélite; coordenador estadual do "Projeto Rondon", membro dos "Companheiros da Aliança" e representante do Ministério da Educação no Rio Grande do Norte.

AGRICULTURA —
Geraldo Bezerra

Geraldo Bezerra, homem experiente e com os "pés no chão", segundo opinião de um seu companheiro de curso, dirigirá a pasta da Agricultura que no novo Governo terá um destaque especial, pois o desenvolvimento do setor primário da economia, é um dos programas básicos de Cortez Pereira. É considerado um expert em mecanização agrícola e em irrigação mas seu grande trunfo é o conhecimento que tem das condições locais.

SAÚDE —
Genivaldo Barros

"Veja o Sanatório Getúlio Vargas e imagine a Secretaria de Saúde com **Genivaldo Barros**" poderia ser um slogan para este homem bem humorado, de espírito aberto, convocado para este setor. É amigo de infância do futuro Governador, mas durante o cursinho, notabilizou-se como um homem de fácil acesso e com sentido de equipe, um bom cartão de visitas para que a Secretaria integre-se melhor na administração estadual.

PLANEJAMENTO —
Marcos Formiga

Marcos Cesar Formiga é tido como um dos melhores técnicos no setor de economia do Rio Grande do Norte e dos professores mais elogiados na Faculdade de Economia. Na Secretaria de Planejamento, será o coordenador da equipe administrativa. Introvertido, o cursinho serviu para que superasse isto e ganhasse a confiança e a admiração dos seus companheiros.

ADMINISTRAÇÃO —
Joanilson de Paula

Joanilson de Paula Rêgo tornou-se conhecido como Promotor mas no Governo, será Secretário de Administração. Vai comandar a batalha da reforma administrativa, com os conhecimentos adquiridos no curso de mestrado que concluiu na Fundação Getúlio Vargas, exatamente para o setor de administração pública.

SECRETARIA PARTICULAR —
Maia Neto

Na Secretaria Particular, **Maia Neto** que já ocupou as mesmas funções junto a Cortez Pereira quando este era diretor do Banco do Nordeste, será o homem de maior acesso ao futuro Go-

vernador, de quem é amigo pessoal e a cujo ritmo de trabalho se habituou.

Sociedades de Economia Mista e Autarquias

Para as sociedades de economia mista e órgãos autárquicos, foram convocados homens do mesmo nível: **Diogenes da Cunha Lima** (Fundação José Augusto), **José Pereira** (DER), **Dirceu Holanda** (CAERN), **Clóvis Gonçalves**, (COSERN), **Jorge Ivan Cascudo Rodrigues** (FUNDHAP), **Luciano Bezerra** (TELERN) e **Edgar Dantas** (CASOL).

Advogado e professor, **Diogenes da Cunha Lima** sempre foi um homem ligado à cultura, e, nas suas novas funções, poderá congrega em torno de si a elite cultural do Estado, para participar deste processo de desenvolvimento.

O engenheiro **Dirceu Holanda** é um homem ligado a Natal, muito bem relacionado, e tem tudo para consolidar em termos empresariais a Companhia de Águas e Esgotos.

Para a COSERN vai outro técnico, o engenheiro **Clóvis Gonçalves**, Diretor da Faculdade de Engenharia e detentor de razoável liderança no meio universitário.

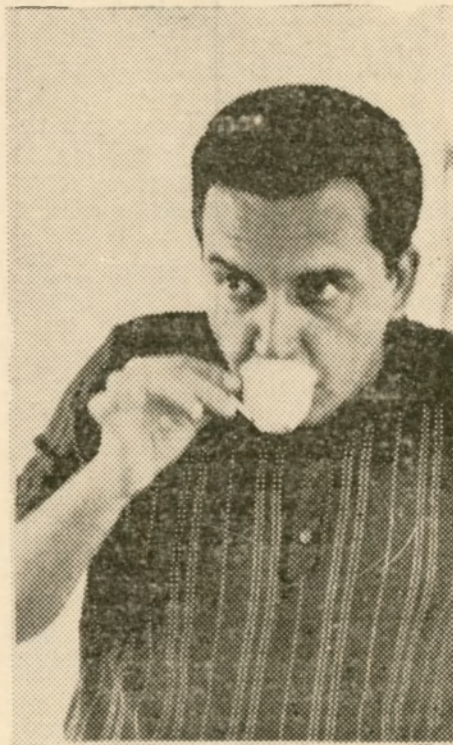
O potiguar **Jorge Ivan Cascudo Rodrigues** estava em Campina Grande como diretor da Companhia Telefônica local e foi convocado para dirigir o setor habitacional do Governo.

Implantador do sistema da EMBRATEL no Rio Grande do

Norte, o engenheiro **Luciano Bezerra** tem tôdas as condições de levar para a TELERN esta soma de conhecimentos, dando condições à telefônica estadual de entrar nos padrões nacionais vigentes. Terá a responsabilidade de implantar o novo sistema telefônico de Natal.

Um apaixonado pelos problemas minerais do Estado, o geólogo **Edgar Dantas** leva para a CASOL a preocupação de transformar aquela empresa num instrumento útil às pesquisas minerais no Rio Grande do Norte.

Para citarmos apenas um exemplo — este mais diretamente



O Engenheiro José Pereira de Sá vai para o DER.

te ligado ao setor empresarial — existem vários setores, atualmente a nível de Departamento que ganharão novas perspectivas dentro da dinâmica administrativa que será implantada a 15 de março, como o Departamento do Cooperativismo que será dirigido por **Clidenor Madruga** e que tentará oferecer uma nova opção para vários setores da economia, notadamente para a cultura algodoeira, com a ativação das cooperativas já existentes e a criação de outras.

E o BANCOFERN?

Um nome ainda não está escolhido ou definido. É o do presidente do Banco do Desenvolvimento (BANCOFERN). Muitos nomes surgiram, desapareceram, alguns ressurgiram, mas não existe por enquanto uma definição do governador **Cortez Pereira** quanto ao nome.

Nota-se, claramente, a existência de uma definição quanto aos objetivos a serem atingidos e a política desenvolvimentista que será desencadeada pelo Banco.

O retardamento na escolha deste nome pode ser explicado até como uma excessiva preocupação de **Cortez** na designação de quem será o escolhido para cumprir essas importantes funções.

Pelos nomes que surgiram para o cargo nota-se inclusive o alto gabarito dos cogitados, e, dentre estes, acredita-se quando estivermos circulando este nome já será conhecido.

Marcos Formiga:

Este rapaz será o gênio do planejamento no Governo de Cortez

Nome: **Marcos Cesar Formiga Ramos**. Idade: 29. Profissão: economista.

Até aqui, nada fora do comum. Marcos é o futuro Secretário de Planejamento do Governo **Cortez Pereira**, e como tal será o homem responsável pela elabo-

ração de um plano de desenvolvimento que significará, ou não, a concretização de dias melhores para o povo do Estado.

A sua escolha para este importante cargo do Governo não teve influência política, nem partiu de outros motivos que não fos-

sem a sua capacitação como técnico e o seu conhecimento da realidade sócio-econômico do Rio Grande do Norte. Não é sem motivo que os seus companheiros de profissão chegam a qualificá-lo como "o melhor economista do Estado".

Com 29 anos, mas aparentando apenas 23, Marcos é um rapaz simples que fala com uma tranquilidade incomum aos mocos, usando sempre argumentos substanciais ao defender seus pontos de vista. Veste-se dentro da moda: roupas em cores vivas, cinto largo com fivela reluzente, sapatos esporte. Formado em economia em 1965, Marcos foi

iaureado pela UFRN por ter obtido as melhores notas dentre todos os concluintes das diversas faculdades, naquele ano. Ele possui cursos de pós-graduação no Chile, na Itália e nos Estados Unidos. Atualmente, ocupa as seguintes funções: professor de "Política e Programação Econômica", da Faculdade de Economia; Chefe do Departamento de Economia, na mesma Faculdade; e Chefe do Departamento Técnico do BANCOFERN.

O Governador Cortez Pereira considera Marcos uma das peças indispensáveis no meio dos seus auxiliares mais diretos. Prova disso é que a presença de Marcos sempre se faz sentir em todos os contatos que Cortez mantém sobre assuntos econômicos. Ele sempre está ao lado do Governador, opinando, argumentando, levantando questões, fazendo cálculos, respondendo a perguntas, citando elementos estatísticos. Daí, uma afirmativa dos observadores políticos: "este rapaz será o cérebro do Governo de Cortez".

Ao ser convocado para a tarefa de preparar um plano de desenvolvimento para o Governo de Cortez — há uns seis meses atrás — Marcos mal conhecia o futuro governante, a não ser de contatos formais em certames técnicos. Acredita Marcos que a sua escolha para o primeiro escalão do Governo se deu apenas pelo fato dele ter feito parte da equipe que elaborou o plano de desenvolvimento, onde, naturalmente, Cortez pôde ter observado suas condições para o cargo.

Pela posição que hoje ocupa, ou seja, por ser o homem que encaminhará na medida do possível a luta do Governo para nos arrancar do subdesenvolvimento, Marcos é o auxiliar de Cortez que desperta maior curiosidade nas conversas que empresários, estudantes, funcionários públicos, profissionais liberais, sem esquecer os tradicionais "observadores políticos do Grande Ponto", mantêm sobre os problemas de Governo.

CORTEZ governará de fora para dentro

Marcos Cesar Formiga Ramos não tem ilusões sobre nossa realidade sócio-econômica nem pre-

coniza fórmulas milagrosas para solucionar nossos mais graves problemas. Ele considera, para elaborar o plano de ação do futuro Governo, os seguintes aspectos da nossa economia:

1) O setor público estadual conta, atualmente, com recursos insuficientes para investimentos e manutenção da máquina administrativa. Para cobrir as necessidades de investimentos indispensáveis ao desenvolvimento, o Rio Grande do Norte utiliza, há algum tempo, sua capacidade de endividamento, como solução à escassez de poupanças internas que possam ser canalizadas para esses investimentos;

2) No setor privado, a situação não é tão sombria. Graças à SUDENE, estão sendo realizados novos investimentos. E os projetos aprovados no últimos anos começarão a representar um papel importante na economia estadual, pois a maioria deles começa a ser implantada agora. O Governo de Cortez Pereira terá a grande vantagem de ver os primeiros resultados dos investimentos feitos no passado, tanto no setor privado como no público. Isso, por si só, já representa um maior volume de produção para o Estado, mais salários, certa elevação da renda.

Com base nos dois fatos enumerados, a política de desenvolvimento econômico a ser traçada, segundo afirma Marcos, terá de ser executada "de fora para dentro", ou seja, o Governador com uma equipe indo buscar junto ao Governo Federal e aos investidores de fora os recursos para investir aqui. E dependendo do êxito dessa política, as dificuldades econômicas do Estado serão reduzidas.

O futuro governo vai acabar a nossa inferioridade

Interrogado sobre o problema da disparidade entre os Estados da região e as consequências desse fator para o Rio Grande do Norte, Marcos fez um histórico do problema da nossa inferioridade econômica e concluiu com a afirmativa de que, com a infra-estrutura de que o Estado já dispõe e com um pouco de agressividade, o futuro Governo poderá nos colocar em situação menos incômoda do que a atual.

Historiando o problema da inferioridade do RN, disse Marcos: "Após o fim da Segunda Guerra e da Guerra da Coréia, a economia do Rio Grande do Norte experimentou uma fase dinâmica. Houve nessa fase a exploração dos nossos minérios, principalmente a scheelita, que dava às populações das zonas produtoras um bom nível de renda. O algodão era uma cultura vantajosa. Havia uma certa riqueza nas regiões salineiras. Depois veio a seca de 1953. Aí, começou a queda. A década de 60, trazendo a SUDENE, ressaltou a nossa disparidade para com os demais Estados do Nordeste, pois é um fenômeno normal a concentração de investimentos industriais nos locais e nas áreas mais ricas e mais povoadas, onde o mercado de consumo e as economias externas são geralmente maiores. Recife e Salvador, capitais dos dois mais importantes Estados nordestinos, capitalizaram os interesses dos investidores que aceitavam os acenos dos incentivos fiscais. A SUDENE,, observando a desigualdade criada, impôs alguns obstáculos à implantação de novas indústrias nesses dois centros, criando faixas de prioridade para localização. Então, os investidores passaram a procurar novos pontos do Nordeste onde pudessem implantar suas fábricas. E preferiram os centros próximos aos mercados de Recife, e Salvador, e ainda descobriram Fortaleza. Como o centro próximo de Recife, João Pessoa foi a cidade mais aquinhoadada com projetos industriais, nessa nova fase. Natal ficou num plano inferior, inclusive porque o Rio Grande do Norte não dispunha de infra-estrutura para receber investimentos nem o seu mercado consumidor era amplo. O que o Governo Cortez Pereira vai tentar fazer é mostrar aos investidores as atividades em que eles podem investir no Rio Grande do Norte e obter lucros compensadores. O êxito desses investimentos nos colocará em melhor posição da que estamos hoje".

Vamos investir na agropecuária

Sobre quais seriam as atividades ideais para receber investimentos no Rio Grande do Nor-

le, respondeu Marcos que acha acertados os investimentos na agropecuária, em certas regiões do Estado; os investimentos na indústria têxtil; a industrialização de couros e peles; e ainda os investimentos na indústria alimentícia. E explicou seu ponto de vista, esclarecendo que todos esses setores citados são, de uma forma muito direta, ligados à agricultura, com possibilidade, portanto, de empregar a maior parte da nossa população ativa. Como o setor industrial, por si só não é capaz de absorver a mão-de-obra ociosa, o que significa que o Governo terá de partir para a dinamização das atividades agropecuárias e de outras atividades que, com menores investimentos, possam proporcionar novas oportunidades de emprego, como é o caso do artesanato.

Segundo Marcos, a idéia inicial do Governo é poder investir, com recursos federais, estaduais, municipais e privados, uma soma nas atividades consideradas ideais que represente a criação de cerca de 50 mil novos empregos em cinco anos.

Disse o futuro Secretário de Planejamento que o Estado terá de investir muito na infraestrutura, principalmente em estradas, em telecomunicações, no melhoramento do sistema de distribuição de energia elétrica de Natal e de outras cidades, em saneamento básico, e em outros setores, mas todos eles com capacidade de fazer retornar em pouco tempo o investimento recebido.

Falando sobre turismo, Marcos considerou o assunto um ponto a estudar profundamente. Acha ele que só depois desses estudos é que se poderia ter uma idéia da viabilidade de iniciar, ou não, uma política voltada para o turismo.

Vamos produzir mais minérios e exportar mais

Por último, Marcos afirmou que "está nos planos do Governo o aproveitamento, da melhor forma possível, das nossas riquezas naturais. A política de agricultura prevê a atuação nas

áreas potencialmente irrigáveis, visando a cultura de produtos que o solo e as condições climáticas permitem. Também está nos planos a utilização mais econômica e menos predatória dos nossos recursos minerais. Para o aproveitamento do sal pretende o Governo promover um estudo de viabilidade para a utilização das águas-mães das salinas na produção de derivados químicos. É bem verdade que o Rio Grande do Norte já deixou passar as grandes oportunidades de industrialização das suas riquezas naturais, mas tentaremos novas fórmulas".

Também assinalou Marcos que está na linha do futuro Governo fomentar as exportações, o que poderá acarretar a elevação dos níveis de renda no Estado. O Governo criará um núcleo de orientação à exportação, a exemplo dos Estados do Sul e de alguns do Nordeste. E tentará resolver o problema da nossa estrutura portuária e das nossas comunicações, para que os produtos do Rio Grande do Norte possam chegar mais facilmente ao mercado internacional.

Estado vai lançar um novo produto no mercado externo: o nosso velho sal.

Dentro de 16 meses o Rio Grande do Norte terá um novo produto na sua pauta de exportação: o sal marinho.

Tradicional produtor de sal, que já foi uma das suas principais fontes de renda, o Rio Grande do Norte assistiu de ano para ano a desvalorização do produto, a saturação do mercado interno e a falta de lucros compensadores para esta atividade.

A explicação do fenômeno de desvalorização do sal nos seus mercados tem um único item: falta de transportes ou deficiência nas suas vias de escoamento.

Falta de transporte é mais uma forma de expressão, pois, na verdade, o que sempre houve

— e agravou-se nos últimos anos — foi a falta de porto, de terminal salineiro, assunto que é discutido há mais de uma década. Problema que, teoricamente, já teve várias soluções apresentadas, soluções que nunca saíram do papel, a não ser numa solenidade, em véspera de eleição, quando foi lançada a pedra fundamental do porto de Areia Branca. Isso na década de 50, quando os trabalhos executados ficaram apenas nesta pedra fundamental e simbólica.

MAOS A OBRA

Depois de 1964 o assunto começou a ser discutido mais seriamente. Burocraticamente, começou a andar. Foram consti-

tuidas duas sociedades, com capitais do Governo Federal (através do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis) e dos salineiros da região de Macau e Areia Branca. Objetivo: a construção de dois terminais salineiros.

Em Macau, seria construído um porto teleférico. Um sistema de roldanas e esteiras, levaria o sal até os navios que ficariam fundeados ao largo da costa.

Em Areia Branca, seria construído um porto-ilha, fincado a 16 milhas da costa, com capacidade de armazenamento de até 100 mil toneladas de sal, até ali transportadas em chatas de capacidade variável entre 600 e 1.200 toneladas.

Os dois grupos brigaram durante mais de três anos até que o Governo Federal, depois de minucioso estudo, optou por uma única solução que atendesse às reivindicações dos grupos: o porto-ilha de Areia Branca.

Constituída a companhia (TERMISA — Terminais Salineiros S/A), o Governo Federal fi-

cou com 51% das suas ações, e o restante dividido por um consórcio de salineiros de Macau (24.5% de ações) e um consócio dos salineiros de Areia Branca (24.5% de ações).

Para dar condições competitivas a cada um dos grupos, o Governo patrocinou um convênio, assinado por ambos os grupos, determinando que, como a distância de Macau para o **pôrto-ilha** é o dôbro da distância de Areia Branca, o transporte do sal de Macau para o **pôrto** fôsse feito por barças com o dôbro da capacidade das que serviriam Areia Branca, compensando desta maneira a distância geográfica.

Definidas estas políticas, a TERMISA, sem nenhum alarde, deu os primeiros passos para a construção da obra (cêrca de 40 milhões de cruzeiros), a partir de financiamentos (Eximbank no exterior e o BNDE), ao mesmo tempo em que encomendava nos Estados Unidos os seus componentes mecânicos. Vencida mais esta etapa, era iniciar a obra, o que foi feito, também sem muito alarde, no último dia 19.

C PÔRTO-ILHA

Os diretores da TERMISA e do consórcio internacional que executará a obra, representada

pela Construtora "Ribeiro Franco", já estiveram em Fortaleza e Areia Branca, visitando os dois "canteiros de obra".

Grande parte do equipamento fabricado nos Estados Unidos já se encontra em Fortaleza — que tem **pôrto** com capacidade de receber navios de grandes calados— onde está sendo montado para depois ser transportado para Areia Branca em barças de grande capacidade.

Fossivelmente, ainda, em fevereiro, ou no início de março, o **pôrto-ilha** vai começar a ganhar forma, logo depois de fincadas as estacas que sustentarão as estruturas do terminal salineiro.

A partir de então — segundo palavras do deputado **Antônio Morêncio de Queiroz**, ex-diretor da TERMISA e um dos idealizadores do **pôrto-ilha** — tudo será "como a armação de um grande brinquedo de crianças".

Já com os recursos conseguidos para a execução total da obra, existem as condições necessárias para o cumprimento do cronograma da obra, que estabelece um limite máximo de 16 meses para a sua conclusão.

Em têrmos de economia nacional, serão necessárias apenas três anos para o retorno de todo o capital investido.

UM NÓVO MERCADO

Estudos realizados demonstram que o nosso sal — fora os elevados custos de transportes, que serão corrigidos com o início de atividades do terminal salineiro — tem absolutas condições competitivas no mercado internacional, com custos de produção bem abaixo dos outros países produtores.

Mais: a atual produção, suficiente atualmente apenas para suprir o mercado interno, poderá ser aumentada muitas vezes, pois inclusive existem áreas de cristalização ociosas nas grandes salinas que poderão ser aproveitadas desde que haja um mercado.

Antevendo êste nôvo mercado, os produtores de sal do Rio Grande do Norte já estão se preparando para garantir um instrumento mais eficiente de comercialização — as cooperativas.

Vários entendimentos já foram mantidos neste sentido e vários passos foram dados para a constituição de duas cooperativas de comercialização de sal. Uma compreendendo os grandes e médios produtores, outra para os pequenos produtores. Com isso, se conseguirá a manutenção de um preço estável, além de tirar do produtor a difícil tarefa da comercialização.

**venda a quem
podê comprar...**

Em sua programação publicitária inclui

Rn-econômico

Revista Mensal para homens de negócios.

Rn-econômico

vai para as mãos de

quem pode

comprar o que
Você anuncia.



ESTAMOS NO MELHOR PONTO

Loteamento "OSWALDO CRUZ"

Localizado na Av. Hermes da Fonseca,
em frente ao COBEC.

Única oportunidade para você adquirir o melhor terreno, pelo melhor preço.

Financiado em 30 meses, sem juros e sem correção monetária.

VENDAS: - MANOEL MALEDO

Edifício 21 de Março, Sala 509

“Em matéria de minério, Rio Grande do Norte está na era da pedra lascada”

O desembargador Mario Moacyr Pôrto, Diretor-Presidente da Mineração Tomaz Salustino S/A — maior empresa de mineração do Estado e a empresa do Nordeste que, individualmente, mais exportou no ano de 1970 — caracteriza a situação da nossa produção mineral com a seguinte expressão: “estacionamos na era da pedra lascada, pois pesquisamos através dos achados dos garimpeiros e quebramos ou lascamos pedras a marreta”.

Nesta entrevista exclusiva concedida a RN-ECONÔMICO, o desembargador Mário Pôrto trata do problema da atividade minerária no Estado, indicando fórmulas capazes de elevar nossa atual produção de scheelita. Ainda nesta entrevista, ele aborda controvertidos temas da economia brasileira, tais como a necessidade de planejamento na área governamental, e também analisa a recente declaração do Presidente Médici: “a economia vai bem mas o povo ainda vai mal”. Falando sobre minérios, ele faz ainda uma bem humorada comparação: os mineradores da região e as autoridades “permanecem na melancólica situação que costumam padecer os maridos enganados: são os últimos a saber o que têm, aonde têm e quanto têm”.

A ENTREVISTA

RN-ECONÔMICO — QUE SE PODE FAZER DE IMEDIATO PELA INTENSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO MINERAL DO RIO GRANDE DO NORTE?

Mário Pôrto — Em conferências, entrevistas, exposições, artigos para jornais e revistas, tenho dito e repetido, com tautológica insistência, que o proble-

ma n. 1 da atividade minerária no Rio Grande do Norte é a pesquisa. Nesta faixa, como se sabe, pouco se tem feito e com exasperante lentidão. Por oportuno, impõe-se registrar que, no plano da pesquisa mineral, o avanço tecnológico é dos mais notáveis. Há, hoje, os chamados “censores” remotos, que utilizando as mais recentes conquistas da eletrônica, inclusive raio laser, podem detectar, de aviões ou satélites, ocorrências minerais e estabelecer as suas aproximadas dimensões. Como já perdemos demasiado tempo, faz-se indispensável queimar etapas através da seleção e uso dos mais avançados métodos de investigação técnico-científica. Estacionamos, de certo modo, na era da “pedra lascada”, pois pesquisamos através dos achados dos garimpeiros e quebramos ou lascamos pedras a marreta e “pichote”. Há quem afirme que já se varreu, através de levantamentos aéreo-fotogramétricos, não só o Nordeste como as áreas do território nacional mais promissoras sob o ângulo do interesse mineralógico. É possível. Acontece que os mineradores da região, bem como as suas autoridades, permanecem na melancólica situação que costumam padecer os maridos enganados: São os últimos a saber o que têm, aonde têm e quanto têm. Sem acesso aos protocolos do Sião, os proprietários e mineradores estão condenados a participar de uma corrida desigual com outras empresas melhores informadas. Bom e oportuno será que o Sr. Governador eleito do Estado, que tão empenhado se mostra em por um tigre na máquina administrativa, tentasse uma abordagem junto às autoridades competentes no sentido de obter informes sobre o que se fez e o que se faz, através de levantamentos aerofotogramétricos e medidas correlatas, a respeito da identificação e dimen-

sionamento das nossas riquezas minerais, notadamente em relação à chamada província scheelitífera. Finalmente, nós também somos filhos de Deus.

Por que economia vai bem e povo vai mal?

RN-ECONÔMICO — O ANO DE 1970 MARCOU PARA O BRASIL UMA EXPRESSIVA ASCENÇÃO NO PLANO DA ECONOMIA. COMO ENTENDER, ENTÃO, QUE O PADRÃO DE VIDA DO POVO NÃO SE IDENTIFIQUE COM OS ALTOS ÍNDICES DO DESENVOLVIMENTO ALCANÇADO?

Mário Pôrto — O Presidente da República, sensível aos desníveis e injustiças que se constata na partilha global da renda do país, não vacilou em proclamar que a “economia vai bem mas o povo ainda vai mal”. Se estas não são exatamente as suas palavras, é certo, porém, que este foi o sentido fiel do seu pronunciamento, tão verdadeiro quanto oportuno. Aparentemente, há uma antinomia entre uma economia realmente em desenvolvimento e um povo que ainda se debate nas agruras de um pauperismo confrangedor. Ao que tudo indica, a dificuldade resulta do impasse na conciliação dos reclamos de uma justiça distributiva com as duras imposições da produtividade econômica. A renda cresce em favor de uma minoria ao invés de repartir-se, com equanimidade, entre todos.

A distorsão é, talvez, o mais grave problema da conjuntura nacional. Em mensagem enviada ao Congresso, o ano passado, o

Chefe do Governo não deixa dúvidas quanto à dolorosa existência do problema e a urgente necessidade de reduzir as nefastas consequências do seu crescente agravamento: "Sem quebra do desenvolvimento econômico do país, cujo ritmo se deve não só manter, mas, ainda, acelerar quanto possível impõe-se, — concomitantemente, a adoção de medidas pelas quais se venha distribuir a renda global de modo mais equânime, a fim de que todas as camadas da população sejam beneficiadas pelo aumento da riqueza comum". A verdade é que não basta acumular cada vez mais; é indispensável distribuir cada vez melhor. A recente resolução de fazer participar o empregado nos lucros das empresas, que, de resto, constitui mandamento constitucional, traduz uma tomada de posição no sentido de alcançar-se uma redução do fosso que separa os poucos que têm muito dos muitos que têm muito pouco. E já que estamos com a mão na massa, não seria descabido indagar: Que remédio ou remédios melhor quadrariam para remover ou atenuar a distorsão apontada? a adoção de medidas que vissem promover melhor a distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade, como recomenda o § 1, do art. 1, do Estatuto da Terra? A repressão ao abuso do poder econômico, caracterizado pelo domínio dos mercados e eliminação da concorrência e o aumento arbitrário dos lucros, como determina o inciso VI, do artigo 157, da Constituição Federal? A redução da carga tributária que incide sobre o pequeno produtor e o pequeno comerciante? Ou, finalmente, uma lei que obrigue o cumprimento efetivo de toda a nossa legislação que, de um modo ou de outro, estabelece os corretivos para uma mais justa partilha da renda global da nação? Ninguém, em sua consciência, poderá opor-se às medidas que se destinem a uma real integração social. A maioria, pela óbvia razão das suas aflitivas dificuldades e a minoria privilegiada por precaução ou bom senso, pois quem vê as barbas do seu vizinho arder deve por as suas de mólho.

O essencial para administrar é a equipe

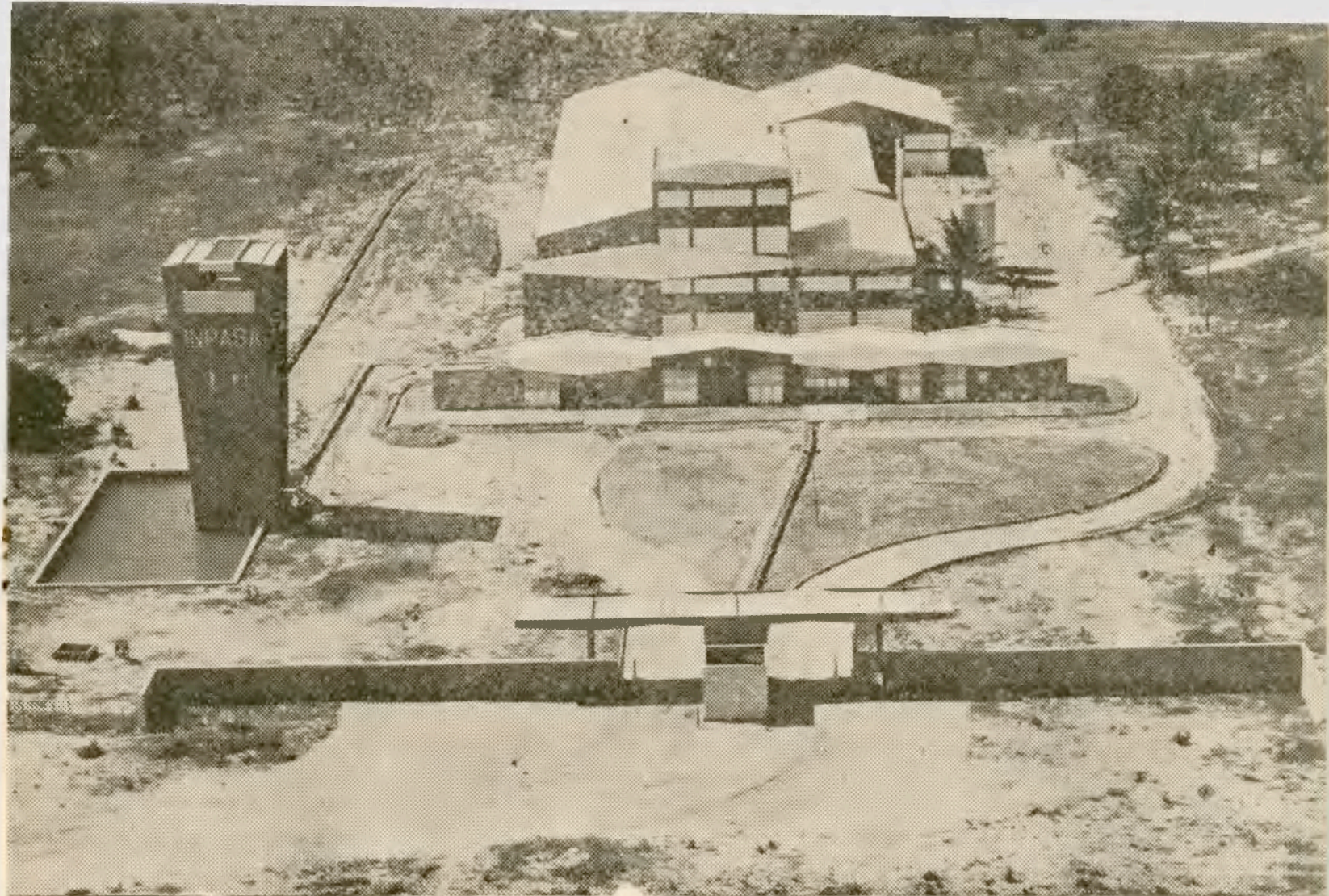
RN-ECONÓMICO — O PLANEJAMENTO, NOTADAMENTE NA FAIXA DA ECONOMIA, É PRESUPOSTO NECESSÁRIO AO ÊXITO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL?

Mário Pôrto — Não sou um iniciado nos segredos da Economia e muito menos nos esotéricos meandros da Política Administrativa. Contudo, por consideração à pergunta vai a temeridade da resposta. Planejamento a Curto Prazo é cautela recomendável. A longo Prazo é mais uma homenagem que se presta a um cacoete da época que uma necessária providência a bem da eficiência da administração. Em um país de economia liberal, com peculiaridades, características e contradições que dificilmente se equacionam e se resolvem à luz de conceitos apriorísticos e da cômoda disciplina dos parâmetros, planejar a base de controles remotos é pretender o milagre geométrico do encontro das paralelas antes do infinito. Com perdão da má palavra, é mais exercício ao gosto de advinhos que válida coordenação de fatores e valores que ensejariam a correta escolha dos meios para o êxito garantido dos resultados. O essencial para bem administrar — que se me permitam o truismo — consiste, sobretudo, na escolha criteriosa da equipe a quem se pretende confiar a administração e adoção de métodos de trabalho adequados, não segundo as sugestões do último compêndio, mas consoante as motivações da realidade vigente. Se depois disto e em face disto o êxito não coroar o esforço, só restará ao governante frustrado a saída de mandar tocar um tango argentino, como recomenda, melancolicamente, o poeta Manoel Bandeira, que foi uma das nossas maiores autoridades em fracassos e decepções. Nada, portanto, de tentar o mágico expediente de prever e prover o futuro, pois esta área já está tomada pelas pitonisas e fabricantes de horóscopos. Um governante não se pode dar ao luxo de escrever laboriosamente errado através de linhas aparentemente certas. O presente é, sem dúvida, um passado virtual, mas

o futuro, em termos de política administrativa a longo prazo, não é uma projeção do presente ou esfinge que se deixe decifrar pelas cerebrinas elocubrações de técnicos e futurologos. Há de se dizer que o meu ceticismo é o fruto da minha ignorância e que não sendo um "expert", a minha opinião, em assunto de tão grande transcendência, não passa de um leviano palpito de um leigo. Acontece, porém, que autoridades em economia da mais alta qualificação não pensam de modo diferente. Chamo a debate, pra princípio de conversa, o Ministro Delfim Neto, que sobre a pendência assim se pronuncia:

"Estremeço ao ver uma projeção de 5 anos levada a sério; não disfarço o meu tédio diante de uma outra de 10 anos e não escondo a irritação se se trata de prazos maiores. Perco a paciência diante da imposição da projeção e da irresponsabilidade do falso tecnicismo de alguns planejadores e ainda do charlatanismo festejado de todos os futurologos".

Discordo da candente linguagem do notável economista, mas não regateio aplausos ao bom senso e procedência das suas conclusões. Por outro lado, constitui perigo equivoco transferir para a área governamental as diretrizes efetivamente válidas em relação à empresa privada. É ainda o Ministro Delfim Neto quem adverte: "Seria tolice ainda maior supor que pelo fato de o planejamento da ação individual ou da empresa ser conveniente, fica provado que o planejamento da economia seja igualmente conveniente". O Rio Grande do Norte — que nos releve a afoiteza da subversiva afirmação — é um Estado potencialmente rico. As suas consideráveis riquezas minerais, as grandes reservas de água subterrânea que sabidamente dispõe, reservas estas que abrem para a agricultura e outras atividades perspectivas altamente promissoras, são fatores ou valores que proporcionam fundadas esperanças de um próximo e satisfatório desenvolvimento. Unido, como o quer o Sr. Governador eleito, queimará etapas e despertará da modorra em que se encontra, pois aos últimos muitas vezes se reserva a surpresa de colocar-se entre os primeiros.



A INPASA está aí. Uma realidade.
Mais alguns dias e Você irá consumir o nosso papel,
feito aqui mesmo.
Serão 16 toneladas/dia, inicialmente. Utilizando matéria
prima do Estado. Fazendo circular riquezas.
Criando novos empregos.

INPASA - Indústria de Papéis S/A

— Empreendimento com apoio da SUDENE/BANCOFERN —

Fábrica: BR - 304 - Km 1
Parnamirim - RN

Escritório em Natal: Av. Tavares de Lira n. 78 — End. Telegráfico: INPASA — Telefones: 2603 e 2736

HOMENS e EMPRESAS

marcos aurélio d'orsá

APERN EM TERESINA

O economista Fernando Paiva, Administrador Geral da APERN, esteve em meados deste mês em Teresina, para cuidar da implantação naquela capital de uma Associação de Poupança e Empréstimo. Fernando manteve contatos com autoridades políticas e financeiras do Piauí, para observar quais as faixas de aplicação que mais se coadunam com o tipo de renda dos teresinenses. Satisfeito com os resultados de sua viagem, Fernando informa que a APE de Teresina terá como Administrador Geral Luiz Sérgio Barreto, que em breve se deslocará em definitivo para lá. "Caixa Forte — Associação de Poupança e Empréstimo" será a razão social do empreendimento do grupo APERN na capital piauiense.

AUMENTO DE ARRECADAÇÃO

A idéia inteligente do Secretário de Finanças da Prefeitura de Natal, coronel Genival Cândido, de sortear entre os natalenses em dia com os impostos predial e territorial urbano uma série de prêmios milionários, foi responsável pelo aumento da arrecadação de impostos pela Prefeitura em mais de 150 por cento sobre o exercício de 1969. Milhares de habitantes da cidade que nunca haviam pago impostos procuraram os postos de arrecadação, habilitando-se ao sorteio dos prêmios.

SIMAS EM MARÇO

Tiago Gadelha, um dos diretores de Simas Industrial, informa que até o próximo mês de março será inaugurada a instalação da nova fábrica, na Av. Salgado Filho. A maior parte dos equipamentos importados da Alemanha já está em Natal, faltando apenas algumas máquinas, que já foram embarcadas e não tardarão a chegar ao nosso porto. Segundo disse Tiago, o valor das importações levadas a efeito pela sua indústria atingiu 150 mil dólares. Em compensação, Simas Industrial disporá do mais moderno conjunto para fabricação de balas, no Brasil, com uma capacidade inicial de produção de 6 toneladas/dia podendo ser elevada a até 12 toneladas. O valor do projeto de Simas Industrial é de 5 milhões de cruzeiros. Porém, Tiago Gadelha prevê que em junho deverá ser encaminhado à SUDENE um pedido de ampliação, para que a sua indústria passe a produzir pastilhas e goma de mascar.

PESQUISA NO SUL

Por outro lado, Tiago Gadelha ainda informa que está sendo realizada no Sul do país uma pesquisa em torno das possibilidades do mercado de doces de frutas regionais do Nordeste (caju, abacaxi, côco, manga e castanha). De acordo com os resultados dessa pesquisa, Simas Industrial passará a lançar os seus produtos no Rio e em São Paulo. As possibilidades de exportação também não são desprezadas por Tiago, que idealiza mandar passas de caju para os Estados Unidos.

OBELISCO CONSTRÓI

O engenheiro Fabiano Veras, da Construtora Obelisco Ltda., informa que esta empresa está, atualmente, trabalhando nas seguintes obras: construção de três agências postais telegráficas no Interior do Estado; ampliação e reformas nos prédios da Empresa Brasileira de Correios

Telégrafos de Natal e Mossoró; construção de um reservatório d'água, em Mossoró, para a CAERN, com capacidade para 600 mil litros. Declara Fabiano, em carta à redação de RN-ECONÔMICO, que a indústria de construção civil no Rio Grande do Norte vai apresentar um excelente volume de obras, "o que, sem dúvida nenhuma, vai oferecer um bom mercado de trabalho nesta atividade dinâmica de nossa economia".

CULTURA DO CAJUEIRO

Betovem Azevedo, que já atuou no setor da administração pública, já militou na imprensa e agora ingressa otimista na iniciativa privada, está entusiasmado com as possibilidades do caju na zona agrestina do Rio Grande do Norte. Betovem, que é um dos diretores da CAPESA — Cajueiro Agropecuária S/A — afirma que a cultura do caju vai tomar o lugar da lavoura de mandioca em pouco tempo, na região Agreste, uma vez que existe consumo e mercado garantido para todos os produtos e subprodutos derivados daquela anacardiácea, principalmente quando se trata de exportação. Informa Betovem que já está planejando e executará, a curto prazo, uma associação ao projeto da CAPESA de uma plantação racional de milhares de pés de caju, dentro dos moldes mais avançados da tecnologia agrícola. A vantagem dos cajueiros dentro de uma fazenda é que essas árvores servem de abrigo (sombra) para o gado, e não representam despesas. Além do mais: do cajueiro nada se perde. Até as folhas mortas se transformam em fertilizante da terra.

TAVARES EM FÉRIAS

Antônio Tavares, gerente da dependência de Natal do Banco do Nordeste do Brasil S/A esteve de férias durante o mês de janeiro. Em seu lugar, ficou José Alberto de Souza, Chefe de um dos departamentos do Banco em Fortaleza. Segundo os comentários políticos, Tavares chegou a ser um dos convidados pelo Governador Cortez Pereira para a Presidência do Banco do Rio Grande do Norte. Motivos particulares o impediram de aceitar o chamamento.

RECORD DOS RECORDS

Exportando em 1970 um volume de minério de scheelita que ultrapassou a casa dos seis milhões de dólares, o Rio Grande do Norte bateu todos os records anteriores de exportação. A Mineração Tomaz Salustino S/A, sózinha, exportou mais de 3,8 milhões de dólares, importância duas vezes superior a toda a nossa produção de algodão no mesmo ano. O fato é uma prova incontestável de que o Rio Grande do Norte pode alcançar muito mais no terreno na mineração, bastando para isso uma ação governamental bem dirigida. E frise-se o seguinte: enquanto os operários das minas estão hoje percebendo salários superiores a duzentos cruzeiros, os trabalhadores rurais não chegam nem perto de obter o salário mínimo regional. O Estado possui cerca de cinco mil homens trabalhando nas minas e garimpos. Com um pouco de esforço, pode-se elevá-los para 10 ou 15 mil. Tudo depende dos incentivos que o Governo oferecer à mineração.

NADIR VISITOU NATAL

Nadir Rodrigues Pereira, Diretor-Presidente da Federal de Seguros S/A, esteve durante vinte dias passando férias em Natal, hospedado na Casa de Hóspedes de Ponta Negra. Nadir, que é norte-riograndense de Currais Novos, aproveitou sua rápida permanência na cidade para rever velhos amigos. Nadir também é hoje Procurador da Caixa Econômica Federal. Na Federal de Seguros, ele tem como um dos companheiros de Diretoria outro potiguar, que é o ex-Prefeito de Mossoró, Raimundo Soares.

DUBOM EM DEZEMBRO

Mario Carone, um dos diretores de DUBOM S/A, informa que o bloco industrial da sua empresa está concluído. Espera-se para setembro a chegada dos equipamentos (parte nacional e parte italiana), o que possibilita-

rá o início do funcionamento da fábrica em dezembro deste ano. O capital autorizado de DUBOM S/A é de 8 milhões, mas já existe um plano para elevá-lo para 15 milhões com a ampliação do projeto atual. A DUBOM produzirá 2 toneladas de sabonete e duas de sabão, por hora. Sessenta por cento dessa produção será absorvida pelo mercado nordestino.

INPASA ESTÁ PRONTA

No máximo até 15 de fevereiro a INPASA — Indústria de Papéis S/A — estará iniciando a sua produção, conforme informa João Ferreira de Souza, diretor-presidente da empresa. Atualmente, a INPASA está funcionando em caráter experimental. E a partir da segunda quinzena do próximo mês sua produção diária será de 16 toneladas de papel semi-kraft, para embrulho e embalagem. Segundo pesquisa de mercado, o consumo diário desse tipo de papel no Rio Grande do Norte é de 40 toneladas, o que significa que, mesmo com esta indústria, o Estado ainda necessitará importar papel de Santa Catarina, São Paulo, Pernambuco. A INPASA aproveitará matéria prima local (bagaço de cana e sisal), o que representará a criação de inúmeros empregos indiretos. As máquinas da INPASA são nacionais, com know how japonês, da Ikimore. O capital autorizado da empresa é de 7 milhões. A diretoria de INPASA é constituída de João Ferreira de Souza (diretor presidente), Constantino Luiz Chaves (diretor gerente), Tupan Ferreira de Souza (diretor industrial) e Manoel de Souza Neto (diretor financeiro).

SITEX EM MARÇO

No próximo dia 3 de fevereiro a SITEX S/A, indústria que fabricará etiquetas, estará recebendo todo o seu equipamento, originário do Japão. Hemetério Gurgel, diretor presidente da empresa, informa que na segunda quinzena do mesmo mês as máquinas funcionarão em regime de experiência, para em mar-

ço iniciarem a produção normal. A Construtora Obelisco Ltda., empresa que encarregou-se da construção das instalações físicas da SITEX concluiu seus trabalhos em fins deste mês. A decoração dos edifícios industriais da SITEX é de Ubirajara Galvão.

CONFECÇÕES JUNIOR

Por outro lado, Hemetério Gurgel informa que implantará uma indústria de confecções em Natal, aproveitando o projeto já aprovado pela SUDENE, de Confecções Júnior S/A. Para mais este empreendimento, Hemetério associou-se a Marcos Teixeira de Carvalho, que por sinal também assumiu a direção financeira de SITEX S/A.

GENERAL TACIDO DESPEDIU-SE

O general Tácito de Oliveira, ex-Superintendente da SUDENE veio a Natal apresentar suas despedidas as autoridades do Rio Grande do Norte e aos empresários. O general Tácito voltou à ativa do Exército, após um período de quase dois anos à frente do órgão de desenvolvimento do Nordeste.

INDUPLAN RECEBEU CARTAS CONSULTAS

Benivaldo Azevedo, diretor de INDUPLAN, informou que o seu escritório de projetos já recebeu da SUDENE, com pareceres favoráveis, respostas das cartas consultas sobre a ampliação e realocação de dois projetos industriais: o das Confecções Sugar S/A e o das Confecções Reis Magos S/A. De acordo com os elementos das cartas consultas, ambos os projetos deverão atingir a casa dos 6 milhões de cruzeiros, e oferecerão uma média de 180 empregos diretos, cada um. Benivaldo disse ainda que os projetos de ampliação dessas indústrias já tiveram iniciada a sua elaboração. Disse ainda que está aguardando da SUDENE respostas de mais três cartas consultas: 2 para indústrias ligadas a pesca da lagosta e 1 para o aproveitamento da castanha do caju.

O côco de praia será aproveitado integralmente

O côco, no Rio Grande do Norte, dentro de mais algum tempo deixará de ser destinado apenas à culinária, para ser industrializado e transformado em uma infinidade de produtos, passando a ser mais uma fonte de riqueza para o Estado. Com isso, é certo que a produtividade se desenvolverá e sua comercialização não mais dependerá de intermediários e/ou se processará somente depois que o fruto estiver devidamente descascado. O seu aproveitamento será integral: a quenga será utilizada como combustível ou para fábriço de cinzeiros, quebra-luzes e outros artigos de artesanato. Da casca serão extraídas as fibras para a confecção de tapetes, escovas de cozinha, capachos, cordas marítimas, acolchoados para a indústria automobilística, etc.

Para isso, a SUDENE já aprovou e está em fase de implantação, no Estado, a Companhia Industrial Rio Grandense do Norte (COIRG), empresa destinada ao aproveitamento integral do côco de praia. Em sua etapa primeira de implantação, terá condições de consumir 30 mil côcos por dia, o que dá uma média anual de nove milhões de côcos. Segundo pesquisa de mercado já realizada, o Rio Grande do Norte terá condições de abastecer a indústria.

PRODUÇÃO E MERCADO

Estendendo-se desde o Maranhão até o sul da Bahia, os coqueiros do Nordeste produzem, em média, 500 milhões de côcos, anualmente, que se transformados em copra, dária 63 mil toneladas de óleo, levando o Brasil a ocupar o quinto lugar entre os grandes produtores mundiais. No Rio Grande do Norte as plantações estão encravadas, sobretudo, na região agreste. Sua condição de planta tropical, apresentando remotas possibilidades de cultivo nas regiões Centro e Centro Sul do país, principais mercados consumidores de côcos, reveste-se de singular importância para o Nor-

deste que terá sempre no côco um produto de franca aceitação nos citados mercados.

Estudos realizados durante um período de 11 anos (1955 a 1965), revelam "que houve uma expansão da ordem de 38% na área cultivada" em todo o Nordeste; "elevou-se de 59.546 para 82.674 ha. Já para a produção física, registra-se um incremento de 72%. Daí, se conclui que 38% do aumento da produção de côco no Nordeste decorreu do acréscimo da área cultivada e 34% deveu-se à elevação do rendimento por unidade de área. Ao aumento da produtividade pode-se atribuir os melhores tratamentos culturais dispensados". Por outro lado, levantamentos sistemáticos feitos pela SUDENE de dois em dois meses, num período de quatro anos, através de 54 campos de demonstração situados na região, mostraram um rendimento médio de 2.000 a 2.500 côcos/hectare/ano.

NO R. G. DO NORTE

O valor do atual projeto de criação da COIRG é de oito milhões de cruzeiros, sendo pensamento do grupo dirigente da empresa ampliar o projeto de forma a poder aproveitar o pó do côco — atualmente jogado fora, — já existindo carta consulta junto à SUDENE, com parecer favorável. Com essa ampliação, o

projeto poderá se elevar para 15 milhões de cruzeiros. O pó do côco servirá para a fabricação de placas de aglomerado, com excepcional poder de isolamento termo-acústica, impermeabilidade e resistência ao fogo.

Com a COIRG, em sua primeira etapa, será processado de 10 a 12 toneladas de amêndoas de côco, extraindo de sete a oito toneladas de óleo refinado por dia, além de três a quatro toneladas de torta de alto valor nutritivo para o gado leiteiro. Irá também processar 20 toneladas de fibras que serão transformadas em fios para tapetes, e está previsto que parte dessa produção de fios e de aglomerados poderá ser destinada à exportação. Em toda a América, será a primeira empresa a se dedicar à exploração integral do "cocus nucifera". A COIRG já tem, de capital integralizado, Cr\$ 3.200.000,00, e os prédios já estão todos cobertos com área total de cerca de 10.000 metros quadrados.

Ainda nessa primeira etapa, a Companhia Industrial Rio Grandense do Norte oferecerá 150 empregos diretos e em torno de 1.000 indiretos. De início visará, de forma mais ampla, o mercado nordestino para, numa etapa posterior, promover sua expansão.

O QUE PODE DAR

"Planta versátil e útil, o coqueiro oferece possibilidade de obtenção de uma infinidade de produtos, quer de seu fruto, quer de outras de suas partes.

O óleo de côco presta-se às seguintes finalidades:

- 1 — Comestíveis;
- 2 — Artigos de toilette e cosméticos (cremes para o rosto e shampoos);
- 3 — Fabricação de sabões;
- 4 — Como fonte de iluminação e lubrificação;
- 5 — Na fabricação de borracha sintética;
- 6 — Fabricação de margarinas;
- 7 — Na indústria bélica (química);
- 8 — Na fabricação de fluidos para freios hidráulicos de aviões.
- 9 — Como agente plastificador na fabricação de vidro de segurança.
- 10 — Como aditivo na fórmula de processamento de lubrificantes;
- 11 — Fabricação de resinas sintéticas;
- 12 — Fabricação de inseticidas e germicidas;
- 13 — No processo de flutuações de minerais durante a mineração;
- 14 — Como plastificador na fabricação de substitutos do tipo da resina polivinil na indústria da borracha;
- 15 — Na fabricação de artigos de borracha vulcanizada, como pneus; o ácido láurico extraído do óleo de côco é empregado na produção de laurato de Zinco;
- 16 — Na produção de alcoois com alto teor de sulfanização;
- 17 — Na fabricação de glicerina;
- 18 — A torta ou resíduo do óleo é utilizada principalmente como alimento para gado.

**O QUE É
QUE VOCÊ
TEM
A VER
COM
O NAI ?**

Mesmo que você não seja industrial ou indústriário, o NAI é muito importante para você também. É um dos instrumentos de que dispõe o Estado para enfrentar o desafio do desenvolvimento. E desenvolvimento econômico interessa a toda a comunidade.

É bem provável que você nunca tenha ouvido falar no NAI, mas os empresários sabem como ele realiza um trabalho importante.

Quando você ouvir falar no NAI, fique atento: são novos empregos que vão surgir, novas fábricas, novas oportunidades para todos.

Bem que você tem muito que ver com o NAI. O trabalho dele tem um único objetivo: **VOCE**



NÚCLEO DE ASSISTENCIA INDUSTRIAL

Av. Tavares de Lira, 109

■ ■ ■ CONVÊNIO SUDENE/BANDERN ■ ■ ■

Artigos do artesanato potiguar vão penetrar no mercado externo

Os produtos artesanais do Rio Grande do Norte depois de conquistar a preferência do mercado do extremo Sul do país se prepara este ano, através da **Cooperativa dos Produtores Artesanais do Litoral Agreste Ltda.**, para penetrar no mercado internacional. Esta iniciativa forçará uma maior produtividade e, em consequência, levará a Cooperativa a formar nova mão-de-obra o que significará, até o final do ano, a criação de mil novos empregos.

Tratando-se de uma atividade que não exige grandes investimentos (para a criação de um emprêgo na atividade artesanal há um investimento de apenas 300 cruzeiros, enquanto que para empregos de atividades industriais é necessária a aplicação 30.000 cruzeiros), e sendo também altamente absorvedora de mão-de-obra, além de fixar os trabalhadores em suas próprias regiões, é pensamento da direção do **Serviço de Assistência Rural** promover o aumento da produtividade de produtos artesanais. Porisso, alargará a assistência da cooperativa, dentro do plano de expansão, às regiões de Mossoró, Açú e Apodi.

A DÉCADA DO ARTESANATO

Foi em 1961 que o **Serviço de Assistência Rural**, dirigido pelo então Bispo Auxiliar de Natal, D. Eugênio de Araújo Sales, começou a se preocupar com a quantidade de artesãos que trabalhavam no interior e que não tinham condições de vender a produção, a não ser através de intermediários. Aos poucos, foi conseguindo congregas as pessoas que se ocupavam nessa atividade e ensinar novas técnicas de produção. Em 63, com alguns núcleos organizados, foi fundada a **Cooperativa dos Produtores Artesanais do Litoral Agreste Ltda.**, que foi se firmando e, nos anos de 1965/66 já participava das I e II FECIN (Feira do Comércio e Indústria do Nordeste), em Recife, num esforço desenvolvido para conquistar novos

mercados, principalmente Recife e Bahia.

Nos anos de 1968/69 foi o início de conquista da região Sul, principalmente Rio e São Paulo, após a participação na Feira Nacional do Comércio e Indústria, em Niterói. O ano passado, mais uma vez cresceu o mercado consumidor com a conquista definitiva de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

MAIS EMPREGOS

Paralelamente ao esforço desenvolvido para a conquista de novas praças, houve o aumento do número de artesãos associados à Cooperativa, o que foi feito através de cursos de treinamento, com ensinamento de novas linhas de produção. O ano passado, graças à crescente demanda do mercado consumidor, o quadro de associados da cooperativa teve de se ampliar de 1.511 para 2.333 artesãos, o que significou um incremento de mais de 800 novos empregos. Mesmo assim, no segundo semestre do ano passado a Cooperativa não teve condições de atender a todos os pedidos das diversas praças, conseguindo vender apenas 70% do volume solicitado, o que atesta a receptividade adquirida em outros centros.

O salário médio dos que trabalham na manipulação de certos produtos agrícolas da região (côco, sisal, etc), depende muito do ritmo de produção, da habilidade manual e das horas de trabalho de cada artesão. Do quadro de associados, em 1970, cerca de 15 conseguiram manter um salário mensal de trezentos cruzeiros, quase que dois e meio salários mínimos da região. A produção é maior na confecção de bolsas de sisal, bonecas decorativas, tapetes, normalmente preferidos nos pedidos feitos por outras praças.

No artesanato, há dois tipos de trabalhadores: o artesão de produção em série e o artesão artista, cuja produtividade depende da inspiração. A Cooperativa dos Produtores Artesanais

trabalha com o primeiro grupo e, com eles, se compromete a comprar toda a produtividade, pagando à vista por um preço previamente ajustado e reexaminado a cada ano. Se responsabiliza, ainda, pela qualidade da produção, comercialização, além de fazer trabalho educativo junto aos artesãos visando o melhor emprêgo de suas rendas, levando-os a ver a necessidade de aplicação na melhoria habitacional, sanitária e compra de instrumentos que possam servir de novas fontes de rendas.

GOVERNO DÁ APÓIO

Este ano, a Cooperativa dos Produtores Artesanais procurará aumentar o seu volume de venda ganhando o mercado exterior, tendo já a certeza de que contará com incentivo do futuro Governo. No mercado internacional já existe interesse (o SAR, o ano passado, recebeu alguns pedidos de firmas do Maine, EUA), mas a cooperativa não se encontra ainda com produção suficiente para atender esta demanda, principalmente porque os pedidos são para grandes volumes. Para 1971, o plano é aumentar em muito a capacidade de produção, racionalizar ao máximo possível as operações de entrega de matéria prima, recepção e exame de produtos manufaturados e expedição para consumidores. É esperado um novo recorde de venda, guardando a proporção crescente verificada nos três últimos anos:

Em 1968 — Cr\$ 131.661,00
Em 1969 — Cr\$ 222.274,00
Em 1970 — Cr\$ 431.704,21

Nos planos para 1971, existe a previsão de expansão dos trabalhos a outras regiões do Estado e o emprêgo de mais 800 a 1.000 novos artesãos. Há também a decisão do novo Governo em incentivar a produção artesanal como uma das fórmulas mais rápidas de aumentar o nível de renda das populações do interior.

A reforma administrativa como suporte para o desenvolvimento

As necessidades sociais e o seu atendimento exigem da administração pública um esforço crescente. O desenvolvimento é, na verdade, o sucesso desse esforço.

Ora, o êxito do plano geral de um governo, composto dos planos e programas setoriais, não depende apenas da capacidade dos planejadores, de sua eficiência técnica, da coerência interna de cada programa e do equilíbrio global do planejamento. Depende, sobretudo, da capacidade da máquina administrativa para a implementação desses programas, na procura dos objetivos do governo: solução dos problemas sociais, criação de polos de desenvolvimento.

O rendimento da "burocracia estatal" será melhorado quando a utilização dos recursos for mais eficiente, quando um maior contingente populacional obtiver melhores e mais variados serviços por parte do Estado. Isto demanda uma formulação adequada da política administrativa do Estado.

O governo pode continuar a empregar métodos pouco rentáveis ou modificar substancialmente as diretrizes administrativas da organização pública, orientando-a para os critérios de eficiência e produtividade. Se esta for sua disposição, terá partido para uma reforma administrativa.

Mas a ideologia do governo não haverá de ser, apenas, uma reforma de "vistas curtas", objetivando a melhoria do serviço público como uma finalidade em si mesma; pelo contrário, haverá de fazer-se segundo três diretrizes fundamentais: ela deverá ser de carácter instrumental, dinâmico e gradual.

Instrumental no sentido de que a reforma deverá imprimir-lhe o sentido de "meio" para a consecução das metas de governo, devendo seus órgãos e servi-

dores compenetrarem-se de seu verdadeiro papel, qual seja o de veículos do desenvolvimento. Nenhuma modificação da estrutura, dos métodos e processos administrativos será feita pela simples razão de fazer-se; suas raízes e fundamentos serão a imperiosa necessidade de sua realização, sob pena de comprometimento do planejamento global do governo.

Dinâmica porque refletirá um movimento circular e contínuo. Como é instrumental estará conexa à obtenção dos propósitos governamentais sujeitos à atuação de variáveis modificadoras. Ela terá a flexibilidade necessária para adequar-se às circunstâncias do momento.

Finalmente, gradual porque sua aplicação deverá operar-se por partes, segundo os recursos existentes e o estágio do desenvolvimento organizacional. Talvez seja conveniente iniciá-la pelos órgãos periféricos da administração, isto é, pelas unidades administrativas menores, mais em contacto com o público, seu principal cliente. Isto, em realidade, pressupõe um planejamento amplo, mas de implantação progressiva.

Assim, qualquer reformulação do "processo" de administrar, orientado por essas diretrizes, deverá subordinar-se a alguns princípios básicos. Na reforma administrativa federal esses princípios basilares vieram expressos no próprio texto legal, Decreto-lei n. 200, de 1967. São eles:

1. Planejamento
2. Coordenação
3. Descentralização
4. Delegação de competência
5. Controle

A conscientização e integração desses princípios requer aceitação de uma moderna "filosofia" do papel da organização pública; requer o abandono da tradi-

Professor EDMUR A. CHIE-REGATTO, da Escola de Administração de Empresas de S. Paulo, da Fundação Getúlio Vargas.

Coordenador do Seminário de Planejamento e Administração do Desenvolvimento do Governo Cortez Pereira.

cional improvisação de que sempre a caracterizou, o abandono do paternalismo e da tolerância que a identificavam, a ineficiência que era sua chaga maior, a falta de entrosamento que a transformava num aglomerado de órgãos, funções, cargos e agentes, sem nenhuma preocupação de integração.

O planejamento deverá presidir a ação administrativa. Ele é o suporte racional da atividade pública. Através dele se definirá o que fazer, quando fazer, como fazer, quanto fazer e por quem deverá ser feito. É a sentença de morte da improvisação. Não se deve confundir a flexibilidade inerente ao planejamento com improvisação. Aquela é capacidade de adequação do plano à variação das condições em que ele atua, esta a irrefletida escolha de um curso de ação.

A coordenação implica em que o administrador que toma as decisões deverá receber, junto com o problema a resolver, todas as informações pertinentes dos vários setores direta e indiretamente envolvidos na questão. Isso significa que a movimentação do processo se fará por acionamento não do órgão de decisão, mas pela coordenação já conscientizada e fluente nos setores de informação. O efeito imediato dessa nova maneira de agir será um alívio na carga de trabalho do agente de decisão, que receberá com o problema todos os elementos necessários à sua apreciação.

A descentralização visa desconcentrar o poder de decisão e está ligada diretamente ao princípio da delegação de poder. Aliviar o administrador de cúpula de tarefas ordinárias e rotineiras da administração, reservando-lhe tempo maior para a execução das funções típicas de alto nível, a direção, a orientação a coordenação, a decisão. Tal desconcentração só será possível

mediante a delegação de competência para os problemas menores. O resultado positivo dessa política fica na dependência de uma identificação maior do servidor público com as responsabilidades de seu papel na organização e de sua dedicação leal e eficiente.

O natural acomodamento do homem exige um sistema de controle eficaz. Esse controle deverá processar-se em níveis diferentes. Poderíamos dizer que ele será exercido sob o ponto de vista programático, financeiro, administrativo e de resultados. O governador do Estado ao inaugurar uma ponte, por exemplo, estará realizando um controle de resultado de ação, mas lhe escapará no ato os controles programáticos, financeiros e administrativos. Será preciso que os setores competentes da administração verifiquem, à sua vez, se a obra foi realizada dentro da programação governamental, se a despesa foi realizada corretamente, se a concorrência foi pro-

cedida de conformidade com as normas administrativas vigentes. Esse sistema de controle amplo e diversificado será instrumento indispensável para a implantação de uma reforma administrativa.

Em conclusão, a reforma administrativa repousa sobre um tripé formado pelo planejamento, pelo orçamento-programa (instrumento de execução e controle) e programação financeira de desembolso.

Reconhe-se como indispensável o planejamento para o progresso social. A administração é um setor social relevante pois representa "fator de aceleração ou inibição" do desenvolvimento, não havendo razão para deixá-la à margem da técnica do planejamento.

Entretanto, esse esforço não poderá ser feito sem a integração do corpo administrativo nessa filosofia. Em contrapartida um dos objetivos da reforma haverá de ser a valorização da função pública. Programar o desen-

volvimento dos recursos humanos da máquina burocrática, dando-lhe estímulos necessários ao seu aperfeiçoamento e desmarginalização, para exigir eficiência e produtividade.

Comunicar as novas técnicas e as razões da reorganização da estrutura administrativa, obter a adesão, eliminando as resistências à mudança deverá fazer parte das preocupações do planejador da reforma.

É preciso extinguir de uma vez a idéia de que o "funcionário público é aquele que recebe e processa para os devidos fins, não se sabe o que, não se sabe por que, nem para quem, durante trinta e cinco anos", conforme dizia um eminente e mordaz professor da Escola Brasileira de Administração Pública. Mas sua valorização depende muito de si próprio, aceitar a reforma, adaptar-se a ela, dinamizá-la significa dar as mãos ao desenvolvimento e beneficiar-se dele.

AGENDA

DO

EMPRE -

SÁRIO

MELHORIA PORTUÁRIA —

Os empresários potiguares, através da Associação Comercial do Grande do Norte, vão reivindicar ao Ministro dos Transportes, Coronel Mario David Andreazza, a continuação do plano de melhoria do Pôrto de Natal, que terá início com a desobstrução do

canal de acesso pela dinamitação da pedra da barra, no dia 3 de fevereiro com a presença do Ministro.

BANDERN CRESCE — Nenhuma agência do Banco do Rio Grande do Norte, inclusive as instaladas em 1970, deram prejuízo. O resultado do balanço financeiro, no último semestre, foi na ordem de 961 mil cruzeiros, duplicando por conseguinte, com relação ao semestre anterior. As agências de maiores movimentos foram as da Cidade Alta e de Mossoró, sendo que a de Patú, instalada em 70, encerrou o balanço com Cr\$ 1.200.000,00 de depósitos.

FAUTA DA SUDENE — Apenas um projeto do Rio Grande do Norte foi apreciado na reunião ordinária do mês de janeiro, pelo Conselho Deliberativo da SUDENE. Foi um projeto agropecuário das Fazendas Reunidas Aureliano, situadas no município de Arêz, cujo investimento total é da ordem de Cr\$... 5.200.000,00, enquanto a participação dos incentivos fiscais do 34/18 é de Cr\$ 3.039.517,00.

COMERCIALIZAÇÃO — O Presidente da Associação Co-

mercial do Estado, Sr. José Fernandes Martins, está aguardando o temário da Reunião das Associações Comerciais do Brasil, a ser realizada na primeira quinzena de abril. Depois de receber o temário, os empresários potiguares poderão apresentar sugestões ao documento que será elaborado, mostrando os problemas ligados ao Rio Grande do Norte.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA — O Banco do Rio Grande do Norte e a SUDENE já assinaram convênio, com valor superior a 150 mil cruzeiros, para continuidade do programa de assistência técnica às pequenas e médias empresas, que operam com o BANDERN, o que vai permitir a contratação de alguns bolsistas (acadêmicos de engenharia e economia) para trabalharem neste programa, prestando assistência às empresas beneficiadas.

BANCO EM CEARÁ MIRIM — As classes empresariais de Ceará Mirim terão agora sua primeira agência bancária, com a inauguração no dia 6 de fevereiro de uma filial do Banco do Rio Grande do Norte, naquela cidade. Esta será a nona agência do BANDERN.

A Bolsa fez sucesso em 1970

Iniciando suas atividades em março de 1970, amoldada às novas determinações do Mercado de Capitais, a Bolsa de Valores do Rio Grande do Norte já atingiu um movimento de quase dois milhões de cruzeiros nos seus primeiros oito meses de operações.

Contrariando prognósticos negativos, neste começo de operação, a Bolsa vem mostrando uma vitalidade progressista e atuante, até certo ponto surpreendente, lançando, segundo seu presidente, sr. Breno Fernandes, “sementes para a implantação do mercado de títulos disciplinado, fiscalizado e, portanto, seguro

sob todos os aspectos. A movimentação diária que se observa nos pregões de ofertas de compra e venda traduz o interesse do investidor, principalmente de Natal na ampliação de suas poupanças num mercado que, não resta dúvida, é altamente rendoso”.

QUADRO REAL

O quadro demonstrativo da movimentação da Bolsa de Valores do Rio Grande do Norte, em sete meses de atividades, reflete bem a vitalidade do mercado de capitais no Estado e vai, nisso, o maior entusiasmo de seu presidente, sr. Breno Fernandes:

Firmas	Quantidade de Ações	Valôr
Banco do Nordeste do Brasil S/A	30.506	114.304,50
Confecções Guararapes S/A	42.720	54.677,00
Petrobrás S/A	28.332	37.335,24
Alonso Bezerra Comércio Indústria S/A ..	80.000	950.000,00
Marpas Comércio e Representações S/A ...	40.000	40.000,00
Companhia Rações Balanceadas (CIBRA)	6.000	6.000,00
FORTESA — Botões Forte S/A	19.725	19.725,00
Algodoeira Seridó S/A (ALSECOSA)	1.751	17.510,00
RIONORTE — Letra de Câmbio	—	260.833,00
Título Patrimonial da BVRN	1	10.000,00
TOTAL	249.035	1.510.385,48

Somando-se a estes números, os resultados da movimentação verificada durante o mês de novembro, a Bolsa de Valores atingiu a um total de Cr\$ 1.724.324,02.

O QUE É ESPERADO

Espera o presidente da Bolsa de Valores que para o próximo ano esse movimento venha assumir proporção muito maior com a participação efetiva de

mais cinco sociedades corretoras cuja documentação para sua constituição já se encontra no Banco Central do Brasil para a obtenção de suas cartas patentes.

Em razão desse movimento da atual bolsa e do interesse despertado, particularmente no meio universitário, tem sido constante a visita de alunos das Faculdades de Direito e Ciências Econômicas curiosos em saber da

dinâmica do mercado. O interesse do público investidor, no entender do presidente da bolsa, é decorrência da confiança que o Governo está sabendo imprimir através do Ministério da Fazenda na organização do setor da economia Nacional. “É a organização, imprimindo confiança nos empresários e nas empresas”.

Em Natal, o Mercado Nacional de Ações foi criado por ocasião da reunião extraordinária da Comissão Nacional de Bolsas de Valores, em agosto de 1969 tendo, entretanto, começado a funcionar, efetivamente, em janeiro de 1970. Através desse mercado, as ações das empresas de todos os Estados do país, que estejam registradas em qualquer bolsa, terão livre circulação no mercado brasileiro, fato que não ocorria anteriormente uma vez que a negociabilidade das ações tinham caráter estritamente local. Agora, as ações de alta rentabilidade como as do Banco do Brasil, Brahma, Antarctica, Docas de Santos, Vale do Rio Doce, etc, são negociadas nos mercados estaduais, dando oportunidade ao surgimento de novos investidores, novos lucros e a integração das bolsas num mercado de capitais verdadeiramente nacional.

Para o presidente da Bolsa de Valores do Rio Grande do Norte neste 1970 foi surpreendente o êxito deste mercado “acobertado pela crescente confiança dos investidores e do empresariado na política econômica do Governo”. As bolsas do Rio e de São Paulo bateram verdadeiros recordes em negócios, sendo importante registrar que as de menor parte obtiveram recursos para sua consolidação, além de contribuir com uma parcela bem

significativa para a implantação definitiva do Mercado de Capitais no país. "É de se esperar que em 1971, com os aprimoramentos que estão sendo feitos no mecanismo do mercado nacional, outros recordes sejam batidos e o referido Mercado Nacional se reafirme como suporte inestimável para o desenvolvimento econômico do Brasil", acredita o sr. Breno Fernandes.

Atualmente, 13 bolsas participam do convênio referente ao "Registro Nacional de Títulos e Valores Mobiliários:" Bolsas de Valores de Recife, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Minas Gerais, Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Paraná, Florianópolis, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte. Para 1971 é esperado uma maior movimentação com a integração das bolsas de Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Alagoas, Sergipe.

AMEAÇA DESFEITA

Um dos suportes necessários à dinamização do mercado de capitais são as firmas corretoras. Recentemente, no Rio de Janeiro, em Assembléia Geral Extraordinária da Comissão Nacional de Bolsas, uma ameaça, que no final não encontrou aceitação, rondou as bolsas de menor porte: sugeriu a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro que as corretoras pudessem instalar filiais em todo território nacional, independente da compra do título patrimonial, pretensão que, se aprovada, significaria o esvaziamento total das bolsas de menor movimento, numa concorrência desproporcional às corretoras de Estados de pequena economia. Derrotada a proposta, as corretoras continuam tendo jurisdição apenas na área de jurisdição da respectiva bolsa.

É através das corretoras que se realizam os negócios de papéis, podendo ser consideradas como a segurança do mercado, sendo as orientadoras para um investimento seguro e produtivo. São fiscalizadas pela Bolsa e Banco do Brasil do que resulta a responsabilidade que têm de bem conduzir os seus movimentos no Mercado de Capitais. A elas, os investidores devem se dirigir quando desejarem fazer

qualquer investimento. Em Natal, atualmente, somente duas corretoras estão atuando no mercado. BF Barros Corretora de Valores e Câmbio e AVERBA Corretora de Valores e Títulos Ltda. No início do próximo ano, entretanto, mais cinco sociedades corretoras estarão em funcionamento, já havendo adquiridos títulos patrimoniais e seus documentos de constituição no Banco do Brasil.

"O ano de 1971", diz o presidente da Bolsa do Rio Grande do Norte, sr. Breno Fernandes, "é promissor para o mercado de capitais em nosso Estado vez que o funcionamento das outras corretoras irá proporcionar um incremento maior do mercado de capitais".

APERN vai a Mossoró

Até o próximo mês, Mossoró continuará sendo uma cidade desassistida do ponto de vista de planos de habitação, embora boa parte de sua população tenha uma capacidade de poupança relativamente igual a de Natal. A diretoria da APERN (Associação de Poupança e Empréstimos do Rio Grande do Norte), descobriu esse vazio e, a partir do próximo mês, aquela cidade terá uma correspondente, segundo promete o Administrador Geral do órgão, economista **Fernando Barreto Paiva**.

Além de Mossoró, outras regiões serão beneficiadas com correspondentes da APERN. No início, o Banco Central já aprovou as cartas patentes para sete municípios localizados no Oeste Centro Norte devendo, posteriormente, aprovar novas cartas para o Seridó. Os próximos municípios a serem beneficiados serão Macau, Açú, Ceará Mirim, Grossos (Tibau), João Câmara, Angicos e Afonso Bezerra, não se sabendo ainda a data para suas instalações.

EM MOSSORÓ

Antes de instalar uma correspondente em Mossoró, o sr. Fernando Barreto Paiva estará via-

jando para aquela cidade com o objetivo de manter contatos com as autoridades para se fixar nas áreas em que deverá atuar. Isso deverá ocorrer ainda neste mês de janeiro quando, aproveitando a oportunidade, iniciará entendimentos visando a realização de uma pesquisa habitacional.

É desejo do Administrador Geral da Associação de Poupança e Empréstimos do Rio Grande do Norte realizar esta pesquisa aproveitando o próprio pessoal da principal cidade da zona Oeste. Tentará entendimentos para conseguir que o trabalho seja realizado por estudantes da Faculdade de Economia, após uma seleção preliminar, devendo a pesquisa se estender além do problema habitacional, atingindo também a verificação da capacidade de poupança.

COMO JUSTIFICA

"O que nos preocupa em levar a APERN para Mossoró", diz o sr. Fernando Barreto de Paiva, "é a constatação de que aquele povo está quase que completamente desassistido pelo plano de habitação, embora sua capacidade de poupança seja quase que idêntica à de Natal".

Para dirigir a correspondente de Mossoró será escolhido um diretor que, provavelmente, sairá do próprio quadro de funcionários do órgão e que será assistido por pessoa radcada em Mossoró. Os recursos para a instalação sairão da própria entidade e corresponderá a um total de três milhões de cruzeiros. O quadro de funcionários sairá da própria região Oeste e, para isso, será feito um concurso com antecedência. Acredita o sr. Fernando Barreto de Paiva que haverá êxito nessa iniciativa uma vez que na APERN já existe grande quantidade de depositantes de Mossoró, além de considerar ainda que a correspondente abrangerá uma larga região.

RN-Econômico

Assinatura Anual

Cr\$ 20,00

Três coisas muito importantes.

- Parecem séculos. Mas apenas três anos separam o Rio Grande do Norte da criação da COFERN — a Companhia de fomento econômico hoje transformada em Banco de Desenvolvimento. E que o nosso Estado acelerou o passo, para encontrar-se definitivamente com o Brasil moderno. 1 — É simplesmente a história do planejamento e do desenvolvimento do Rio Grande do Norte.
- O Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte nasceu para criar. Novas indústrias. Novas riquezas. Novos empregos. 2 — O Banco de Desenvolvimento é especializado em operações a médio e longo prazos e é exclusivamente destinado a financiar projetos de desenvolvimento.
- O importante é que nós queremos trabalhar: repasses de fundos e recursos de bancos oficiais e do Govêrno Federal, antecipação de recursos dos artigos 34/13 da SUDENE, financiamento à elaboração de projetos industriais e agropecuários, aplicação em infraestrutura, assistência técnica para formação e aperfeiçoamento de pessoal especializado. 3 — Como estamos na era da comunicação, o Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte tem uma sigla para realizar êsses objetivos: BANCOFERN.

BANCOFERN

Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S/A

desenvolvimento é criar perspectivas

Ney Lopes de Souza
Advogado

Direito
Fiscal

CONSULTAS:

Há fundamento jurídico em auto lavrado, tendo por base a exigência do ICM nas transferências de mercadorias remetidas a estabelecimentos de terceiros, dentro do Estado?

Ressalta a consulente que o produto final obtido retorna ao estabelecimento de origem, após a industrialização.

PARECER:

A matéria consultada regula-se pelo decreto-lei 406, de 31-12-1968, cuja aplicação em âmbito estadual adstringe-se ao decreto n. 5.161.

Antes de detalhar o aspecto suscitado, releva destacar que o decreto-lei 406 reformulou inteiramente a sistemática tributária, com relação ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias. Tal fato, como não poderia deixar de ser, provocou verdadeiro alvoroço nos meios empresariais, atônitos, ainda, pelo implemento das normas contidas no Código Tributário Nacional (C.T.N.)

Assim é que o decreto-lei 406, vigindo a partir de 1º de janeiro de 1969, trouxe apreensões e sérios problemas, especificamente nas classes produtoras potiguares. Isto porque, a regulamentação, em âmbito estadual, custou a vir, considerando-se, por exemplo, que em Estados como São Paulo, Guanabara e Paraná o diploma legal referido foi regulamentado até fins de janeiro de 1969.

Diante da inexistência de regras mais objetivas com relação

à espécie, tanto fisco quanto empresários, passaram a agir em bases empíricas, aliás características do Rio Grande do Norte, em matéria fiscal.

Talvez que a autuação, citada pela consulente, tenha ocorrido no período anterior ao decreto estadual 5.161.0 fato não ficou bastante claro. Na hipótese de ter assim ocorrido, a questão seria liquidada, facilmente, apenas com a citação da Portaria n. 66, de 08 de abril de 1969, na qual o Secretário de Estado das Finanças RESOLVE, verbis:

DETERMINAR aos senhores funcionários que não promovam nenhum procedimento fiscal relacionado com as modificações na legislação do ICM configuradas no mencionado Decreto-Lei, até que a legislação estadual discipline a sua aplicação, **vez que não se justifica sejam os contribuintes punidos**, face a ausência de legislação estadual específica (grifo nosso).

Na Portaria retro mencionada, o Exmo. Sr. Secretário das Finanças chega a considerar insubsistentes os procedimentos fiscais, porventura já efetuados. Vê-se, com clareza solar, que, sob esse ângulo, o problema arguido pela consulente está resolvido, inexistindo, portanto, fundamento jurídico na autuação.

Todavia, se a autuação a que se refere foi posterior a 27 de agosto de 1969, data em que entra em vigor o decreto 5.161, o disciplinamento legal promana do art. 6º, inciso I, do referido decreto, que estatui não incidir o ICM, verbis:

I — sobre saída de mercadorias remetidas a outro estabelecimento do mesmo contribuinte ou de terceiro, dentro do Estado, inclusive com destino a trabalhadores autônomos ou avulsos que prestem serviço pessoal, para fins de industrialização, desde que o produto final tenha que retornar ao estabelecimento de origem.

Diz a consulente que o produto final obtido, embora transferido para estabelecimento de terceiros, retorna a origem, após a industrialização. Nota-se que o

cotêjo entre os termos literais da consulta e a lei aplicável, resulta inequívoca a não ocorrência de infração fiscal. Isto porque, uma das diferenças que separam o ICM do antigo IVC é justamente a de não ocorrer "tributação em cascata", isto é, considerar fato gerador do tributo todas as operações porque passe a mercadoria, sem dedução do quantum anteriormente pago.

No caso em tela, o contribuinte não pagará o ICM nas transferências que fizer para terceiros, em vista do produto final ser por ele comercializado, quando, então, verificar-se-á realmente a exigibilidade do tributo.

Dessa forma, e partindo da maneira como a consulta foi apresentada, entendemos não haver fundamento jurídico no auto lavrado.

—oOo—

**FUNDOS DE
CORREÇÃO MONETARIA**

O parecer normativo CST n. 235-70 excluiu do conceito fiscal de reservas de lucros suspensos, para efeito de compensação de lucros do exercício, os fundos de correção monetária da empresa. A controvérsia dirimida tranquiliza o empresariado, que não se conformava, com razão, em incluir como parte do lucro fiscal a correção monetária do ativo.

—oOo—

**INFORMAÇÃO PARA
O CONTRIBUINTE**

O futuro Secretário de Estado das Finanças, Aristides Braga, pretende instituir sistema de informação para os contribuintes, facilitando, assim, o melhor conhecimento da orientação técnico-fiscal das várias instâncias julgadoras, no âmbito administrativo. Talvez que a desinformação atual seja responsável por grande parte dos chamados "delitos fiscais".

—oOo—

**EMPREITEIROS
DE OBRAS**

O imposto de renda na fonte, no caso dos empreiteiros de obras, incide sobre os valores

brutos a eles pagos, assim compreendidos materiais e mão de obra. A alíquota de retenção é de 3%, somente aplicando-se quando o pagamento foi feito por pessoas jurídicas de direito público estatais, paraestatais e entidades citadas no decreto-lei 1.088.

—oOo—

ALTERADO IPI

O decreto-lei n. 1.133 alterou a sistemática do fato gerador do I.P.I., definindo de maneira mais concisa as saídas diretas do estabelecimento industrial, ou quando esta se faça através de interposta pessoa.

—oOo—

ISENÇÃO PARA COURO BRUTO

A Resolução n. 855, do Conselho de Política Aduaneira, permite que o Governo importe couros brutos, sem pagamento do imposto, estabelecendo como limite o prazo de 30 de junho próximo. A medida visa atenuar as dificuldades enfrentadas pelas indústrias de calçado, ante a permissão de exportação de couros brutos, sem limitações, o que provocou escassez da matéria prima no mercado interno.

BANDERN financiará com 3,5 milhões o plantio de arroz no vale do Rio Açu

O Rio Grande do Norte vai partir agora para a cultura do arroz, através de um plano de aproveitamento do Vale do Açu, elaborado por técnicos do Banco do Rio Grande do Norte e da ANCAR, já aprovado pelo Governo Federal, uma vez que os recursos fornecidos pelo Ministério da Fazenda e Banco Central são de origem canadense.

O plano foi apresentado ao Ministério da Fazenda e Banco Central, pelo Presidente da BANDERN, Sr. Ernani Melo, sendo que a participação do Ministro Vilar de Queiroz, norte-rio-grandense — foi de fundamental importância, na aprovação da fórmula encontrada para financiar o projeto.

ARROZ NO AÇÚ

Para o Presidente do Banco do Rio Grande do Norte, "O projeto do Vale do Açu é um plano específico para o plantio de dois mil hectares de arroz, aproveitando o vale úmido, abrangendo cerca de 200 agricultores de São Rafael, Açu, Ipanguassú, Alto dos Rodrigues, Carnaubais e Pendências, que serão selecionados pela equipe BANDERN/ANCAR, instituições que elaboraram o ante-projeto, que mereceu todo apóio do Banco Central e Ministério da Fazenda".

O Sr. Ernani Melo acredita que após a execução deste projeto seja diminuído em 40% a importação do arroz pelo Rio Grande do Norte, cuja produção atualmente é insignificante, não atingindo 25% do que é consumido todos os anos.

O CONVÊNIO

Dentro de poucos dias o BANDERN será chamado pelo Banco Central para assinatura de convênio no valor de 3,5 milhões de cruzeiros. Depois disto, haverá o cadastramento das propriedades situadas na faixa própria para o cultivo do arroz e, em seguida, a seleção dos agricultores, que continuarão recebendo assistência técnica da ANCAR até a implantação total do projeto.

O Presidente do BANDERN acredita no êxito total da cultura do arroz, tendo em vista que outros projetos elaborados em conjunto com a ANCAR, tiveram resultados positivos, como é o caso dos planos de irrigação por aspersão, exposições de gado e construções de aviários nos limites de Natal.

CULTIVO DO ARROZ

A região do Açu oferece ótimas condições para o desenvolvimento do arroz; Como exemplos, o clima em torno do 32°C, a luminosidade com 12 horas de luz solar diária, o solo é aluvião, plano com ligeiras ondulações, profundas, permeáveis com peculiaridades dos tipos de boa drenagem e sem qualquer vestígio de salinidade. A água também é facilmente obtida, por elevação mecânica dos cacimbões de alvenaria.

A variedade que se cultivará é o "fortuna-liso", já adaptado ao Vale do Açu. Terá todo o consumo no próprio Estado. Em Na-

tal, o consumo "per capita" mensal é de 1,564 kg, ou seja, 18,77 Kg/ano. Vale ressaltar que em 1968 a produção de arroz, no Rio Grande do Norte, foi de 7.330 toneladas, significando 18% do consumo total.

O programa de incremento a cultura risícula, está restrito a área de 27.000 hectares, aluvional, situada a 3 km ao sul da BR-304 até o limites dos municípios Macau-Pendências, confrontando-os pelo leste e oeste com terras altas.

UNIDADE PADRÃO

Cada propriedade selecionada para promover o cultivo do arroz, terá a seguinte infra-estrutura indispensável à obtenção rentável do arroz: 1) eletrobomba com a respectiva rede elétrica de baixa tensão e instalação; 2) desmatamento da copoeira de 5 hectares; 3) perfuração de um cacimbão (3m de diâmetro por 12 de profundidade); 4) um tanque receptor e distribuidor d'água; 5) construção de 500 metros de canais de alvenaria; 6) construção de 25 tabuleiros de 0,2 hectares cada um devidamente sistematizado para receber a irrigação por inundação; 7) 20 metros quadrados de área coberta de armazem para guarda do arroz em casca; 8) custeio para 5 hectares de arroz e mais 18,57% do valor dos itens referidos para integralização de quotas parte para aumento de capital social da Cooperativa.

FINANCIAMENTO

O programa se destina a pequenos e médios produtores rurais, ou seja, àqueles produtores cujo patrimônio líquido não exceda o equivalente a dez mil dólares (pequeno produtor) ou patrimônio líquido de trinta mil dólares (médio produtor).

Aos pequenos produtores, o empréstimo não poderá ser de valor inferior a trinta vezes o maior salário mínimo e superior a cento cinquenta vezes o maior salário mínimo. Para os médios produtores haverá o respeito ao limite máximo de quinhentos salários mínimos.

O financiamento será feito através do Departamento de Crédito Rural do BANDERN e parceladamente, de acordo com o Plano de Administração. O juro será de 5% ao ano, tendo um período de carência de 12 meses.

O novo Secretário das Finanças garante dinamizar arrecadação

“O contribuinte é parte mais importante e a razão de ser da Secretaria das Finanças, de forma que terá o tratamento que merece por sua função econômica. É a mola mestra da economia do Estado”. Defendendo essa filosofia, o economista Aristides Braga, 30 anos, técnico em Desenvolvimento Econômico do Banco do Nordeste, professor da Faculdade de Economia da Universidade do Ceará, supervisor de projetos internacionais da OEA e ex-assessor da Receita Federal do Ceará, estará dirigindo, no futuro Governo, a mais importante e a mais difícil pasta da máquina administrativa: a Secretaria de Estado das Finanças.

MEDIDAS PRIMEIRAS

Antes de iniciar sua participação no “cursinho” de Ponta Negra sobre “Planejamento e Administração do Desenvolvimento”, o economista Aristides Braga manteve contatos com o atual Secretário das Finanças, sr. Heyder Pinheiro de Moura, oportunidade em que discutiu os problemas centrais do orçamento do Estado e outros problemas específicos que deram-lhe uma visão global da situação que atravessamos.

Apesar dessa visão ainda superficial, o futuro secretário, por sua experiência junto à Receita Federal do Ceará onde, por um tempo de dez meses, serviu como assessor, já tem pontos prioritários para sua administração: internamente, na Secretaria das Finanças, dará ênfase a um arrojado sistema de treinamento de pessoal, reestruturação administrativa, formação de assessorias

especializadas, dinamização do setor de fiscalização e arrecadação, estímulo à produtividade através do sistema de promoção e adoção de um sistema de divulgação junto ao contribuinte, esclarecendo leis e normas tributárias da órbita do Estado.

Ainda nesta fase que antecede sua posse, o economista Aristides Braga vem mantendo contatos com os outros futuros secretários estudando planos setoriais de ação, de forma a esboçar um plano de atendimento financeiro a todas as secretarias para que possam cumprir seus programas. “Nesse sentido”, diz o futuro secretário, “o relacionamento tem sido o melhor possível o que, obviamente, facilitará a ação global do Governo”.

VENCENDO OBSTÁCULOS

Para vencer os principais entraves à arrecadação estadual, o Secretário das Finanças para o Governo do professor Cortez Pereira não tem ainda um plano definitivo, mas acredita que “com o tempo, objetividade e censo de realidade, pois se trata de um Estado nordestino com problema de escassez de recursos, esse plano será elaborado”.

No seu plano de ação, terá sempre presente que o elemento humano é a parte básica de todo o sistema e, por isso, o funcionalismo público estadual terá prioridade no recebimento de seus vencimentos. Também, os comprometimentos e dívidas do Governo com o comércio terão a necessária prioridade. “Quanto as perspectivas de arrecadação — disse — obviamente repousam na atividade econômica do

Estado, e por se tratar de um Estado de economia primária ainda não se tem condições de fazer previsões, de vez que o problema de inverno não está ainda definido, podendo acarretar, sua ausência, vários problemas graves para o Estado”. Tendo em vista ainda que a arrecadação emana também do comércio, indústria e demais serviços, o secretário afirma que se procurará executar um trabalho no sentido de se evitar grandes prejuízos numa hipótese de seca deflagrada.

FÓRMULA PARA O DESENVOLVIMENTO

Nestes últimos meses, o Ministro Delfim Neto, da Fazenda, vem promovendo reuniões sucessivas com Secretários de Finanças de todo o país, sendo um dos objetivos destes encontros, a uniformização da distribuição de incentivos fiscais. Sobre estas providências, diz o economista Aristides Braga, que há três anos passados realizou um trabalho para o Estado sobre “Diagnóstico da Economia do Rio Grande do Norte”: “É uma forma inteligente de desenvolvimento regional. Os incentivos Fiscais precisam ser concedidos dentro de critérios para evitar que a sua generalidade elimine a vantagem comparativa visada depois de acarretar sensível redução nas receitas estaduais”.

“Essas reuniões” continuou o Secretário, “visam exatamente adoção de medidas regionais comuns que mantenham os estímulos às atividades industrial e agrícola, mas que não percam seu sentido diferencial”.

1971 — Sêca ou inverno?

1. Joel Dantas:

acredita em inverno
mas quer chuva artificial

2. Mr. Wallace:

brasileiro é impaciente
com relação ao inverno

3. Salviano Gurgel:

o inverno de 71 não
está definido ainda

O ano de 1971 será de inverno ou de sêca? Esta é a indagação que os agricultores fazem todas as horas, os jornais publicam diariamente e as autoridades se preocupam sempre. As opiniões variam, porque ainda é cedo para qualquer parecer definitivo, respondendo — haverá continuação da sêca? ou então, teremos um bom inverno?

As chuvas estão caindo esparsamente atingindo, principalmente, a região do Seridó, onde foi registrada a maior precipitação pluviométrica, o alto-oeste e parte do litoral do Rio Grande do Norte. Nas outras regiões as chuvas têm sido raras.

PROVOCAR CHUVAS

O cientista auto-didata Joel Celso Dantas, afirma que as perspectivas ainda são de inverno. Um fato positivamente bom é que as chuvas estão caindo primeiro no interior do Estado e em Natal continua quente e sêco. Para Joel Dantas, o inverno deve chegar primeiro ao interior e depois ao litoral.

Isto é um bom indício de inverno. Além disso, com os poucos instrumentos de que dispõe, atualmente, o professor Joel Dantas, afirma que os fatores responsáveis pelo inverno estão todos se mostrando favoráveis, como é o caso da temperatura, pressão e Estado higrométrico.

Ele é um defensor e pioneiro na utilização de artifícios para

provocar chuvas, e diz “é fundamental para o nosso Estado, no início de fevereiro, se não chover, a provocação de chuvas, utilizando um produto nosso, que não custa nada que é o Cloreto de Sódio (Sal de cozinha), para nucleação das nuvens. Esta experiência assegura êxito em 20% dos casos, ou seja, de cinco nuvens, uma sempre é nucleada”.

Um fator importante para o Rio Grande do Norte, o que não acontece com outros Estados do Nordeste, é que na nossa Zona Sêca a quantidade de vapor é enorme. Para Joel Dantas, a solução é condensar este vapor em forma de nuvem e precipitá-la, posteriormente.

Joel Dantas está disposto a participar de qualquer experiência de chuvas provocadas, em nosso Estado. Ele só não tem recursos para continuar as experiências já realizadas em 1958.

AGUARDAR FEVEREIRO

O inglês Mr. Wallace, da Algodoeira São Miguel, é o único no Rio Grande do Norte que recebe informações sôbre as condições meteorológicas do Nordeste, observadas por um Escritório de Meteorologia de Londres. Os últimos estudos feitos são de julho de 1970, informando que haveria um inverno escasso, contudo no início de fevereiro chegarão informações mais detalhadas com estudos e observações mais recentes.

Mr. Wallace acha que o brasileiro é muito impaciente, com relação ao inverno, de vez que as primeiras chuvas de um bom inverno só caem na terceira semana de fevereiro, continuando por março e abril. Agora, se ocorrer depois destes meses, haverá irregularidades.

VELHAS PROFECIAS

O agricultor Salviano Gurgel acredita que “o inverno em 1971 ainda não está nada definido. A espera da chuva, pelo homem do campo, é grande e o sofrimento é longo, porque se 1969 foi um

ano ruim de inverno, o de 1970 foi péssimo. Ainda não estamos desesperados. Para o homem, a sêca tem uma solução. O problema maior é o gado que está morrendo de fome e sede.

Como bom sertanejo, Salviano Gurgel sabe de tôdas as experiências que são feitas no interior do Estado, para se saber se haverá ou não inverno durante o ano. As experiências são contraditórias, algumas são positivas e outras totalmente negativas.

Estas são as experiências dos velhos profetas sertanejos, que assinalam a probabilidade de inverno:

1 — Quando as árvores “sombra da onça”, “pau pedra” e “barriguda” estão carregadas;

2 — Quando o pássaro “Fura Barreira” continua cantando;

3 — Quando as formigas fazem as proteções nos seus formigueiros;

4 — Quando a formiga de asa (cupim) voa, é sinal de inverno;

5 — Quando o maribondo caboclo procura os alpendres das casas, é porque estão querendo se abrigar das chuvas;

6 — A primeira maré do ano — para muitos, se estiver enchendo a zero hora de 1º de janeiro, haverá inverno (Nota-se que em 1970 era baixamar e em 1971 era preamar);

7 — A primeira barra do ano. Se do amanhecer, o sol estiver coberto por nuvens, é um bom sinal;

8 — Quando há grande manifestação de inverno no Piauí, que é considerado a estação meteorológica do Nordeste;

9 — Quando a constelação que os interioranos chamam de “carreiro” está bem manchada, ou seja, quase que não se distingue as sete estrelas;

10 — Quando há corrida de cardumes de tainha ou xaréu na costa.

Ninguém sabe, ao certo, se esses sinais de inverno ou sêca se realizaram. O que se sabe é que só um bom inverno será capaz de extinguir a fome e a sede existentes no interior.

Empresários opinam sobre o Secretariado

As classes empresariais do Rio Grande do Norte estão julgando o professor José Cortez Pereira, pela escolha dos nomes que integrarão a equipe/administração, do seu Governo.

Os nomes do Secretariado foram aguardados, especulados e comentados, mas somente no início deste mês anunciados.

RN-ECONÔMICO procurou ouvir líderes empresariais, como José Fernandes Martins e José Resende Filho, Presidente e Vice-Presidente da Associação Comercial, respectivamente, Habib Chalita, Presidente do Clube de Diretores Lojistas, um comerciante/político, Leonel Monteiro e ainda representantes do jovem empresariado, Marcos Nelson dos Santos e Flávio Alcides Araújo, e todos depositaram votos de confiança nos nomes que serão responsáveis pela administração do Rio Grande do Norte.

BOA INTENÇÃO

O Presidente da Associação Comercial do Rio Grande do Norte, sr. José Fernandes Martins, abriu um crédito de confiança a Cortez Pereira. Sua opinião é a seguinte: "Foi acertada a escolha do Secretariado do futuro Governador do Estado. Houve muito boa intenção na seleção do pessoal do primeiro time. São todos dignos e capazes de realizarem bem a missão. Está aberto um crédito de confiança. Há esperanças de um bom governo, reforçado com a escolha do secretariado, complementado desvinculado de compromissos".

O economista Flávio Alcides Araújo, sócio-proprietário da Casa Rio e das Lojas dos Plásticos, também espera de Cortez Pereira, pelo Secretariado escolhido, um bom Governo: "A escolha está sendo muito boa pelo futuro Governador Cortez Perei-

ra, uma vez que ele está convocando somente nomes técnicos. Ele procurou selecionar o que há de melhor dentro do que dispomos. Tenho confiança, como empresário jovem que Cortez Pereira faça um bom Governo".

PRINCÍPIO SADIO

Leonel Monteiro, vereador natalense até 31 de janeiro, candidato não eleito, pela ARENA a Deputado Estadual e também comerciante, fala pelo Empresário/político: "A escolha do Secretariado de Cortez Pereira tem um princípio sadio — foi apolítica. O Secretariado é integrado por nomes que não estão contaminados por injunções políticas, só havendo um Comandante para os erros e acertos, que é o dr. Cortez Pereira, de quem o Rio Grande do Norte espera e confia".

O Sr. Leonel Monteiro vai mais adiante, em acreditar no Governador e Secretariado, quando afirma: "Se o Governo de Cortez falhar, pode jogar uma bomba no Rio Grande do Norte e tocar fogo, porque não há mais jeito, para o nosso desenvolvimento".

ESCOLHA ACERTADA

O jovem empresário Marcos Nelson dos Santos, diretor-gerente de Santos & Cia e Coordenador Regional do Consórcio Nacional Ford-Willys, cita nomes escolhidos por Cortez Pereira, como vitais numa equipe que se prepara para administrar o Estado.

"Acho que na escolha do secretariado de Cortez Pereira, ele procurou reunir o que nós temos de melhor em nível técnico, como por exemplo Marcos Cesar Formiga, Joanilson de Paula Rego, Dalton Andrade e complementando com alguns nomes

também técnicos de fora, como é o caso do Secretário de Finanças".

E continua: "a escolha do Secretariado, eu acredito que tenha sido uma escolha quase pessoal sem sofrer influências políticas, uma prova disto são os nomes de Clóvis Gonçalves, Luciano Bezerra e Cassiano Arruda Câmara".

MOÇA E DINÂMICA

O empresário José Resende Filho, da diretoria da Associação Comercial e Federação do Comércio também aplaude o futuro Governador José Cortez Pereira pela seleção de seus auxiliares mais diretos: "eu acho que ele foi muito feliz na escolha, que de um modo geral agradou, com uma equipe moça e dinâmica. Espero que ele faça um bom governo, pela equipe e pelos propósitos, que afirma está embuído deles. Agora é esperar pela prática. Nomes como os indicados para a COSERN e Educação são reconhecidamente merecidos. Reconhecemos que, inegavelmente, a Secretaria de Finanças é a mola mestra de uma administração e, acreditamos que Cortez Pereira pelos seus propósitos, convidou um homem de gabarito e técnico em finanças. Eu, pessoalmente, acho que ele acertou em não trazer políticos, apesar de existir homens de bem em nossa política".

ACREDITANDO

O Presidente do Clube de Diretores Lojistas, Sr. Habib Chalita também acredita nos nomes escolhidos para integrarem a Administração Municipal, afirmando: "Nós confiamos bastante na escolha do Secretariado apesar de não conhecermos toda a equipe. Acredito que o professor Cortez Pereira acertou".

Associação de Poupança e Empréstimo Riograndense do Norte

— A P E R N —

AGENTE FINANCEIRO DO BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO

Rua Vigário Bartolomeu, 635 — Loja 4 — Natal - RN
Carta Patente n. 24 de 26-08-68 expedida pelo BNH

Balanco Geral Encerrado em 31 de Dezembro de 1970

A T I V O			P A S S I V O		
DISPONÍVEL			NAO EXIGÍVEL		
Encaixe	540.362,58		Resultados a Apropriar	532.565,93	
Subencaixe	830.818,07	1.371.180,65	Recursos Próprios	273.204,85	
REALIZÁVEL			Recursos dos Associados	9.161.650,07	9.967.420,85
Financiamentos Imobiliários	15.067.718,22		EXIGÍVEL		
Aplicações Diversas	631.166,63		Recursos de Terceiros	6.036.743,46	
Outros Créditos Realizáveis	40.184,54	15.739.069,39	Credores Diversos e Provisões	372.840,86	
IMOBILIZADO			Outras Exigibilidades	972.059,74	7.381.644,06
Bens Móveis de Uso	134.213,74		Sub_Total		
Bens Imóveis de Uso	75.064,50	209.278,24	17.349.064,91		
DESPESA PENDENTE			COMPENSAÇÃO		
Despesa a Apropriar		29.536,63	Credores por Garantia, Custódia ou Co- brança		42.206.930,03
Sub-Total		17.349.064,91	Total		
COMPENSAÇÃO			59.555.994,94		
Valores em Garantia, Custódia ou Cobran- ça-Recebidos		42.206.930,03	Total		
Total			59.555.994,94		

Natal (RN), 31 de dezembro de 1970.

Olimpio P. Moura
Administrador de Operações e Finanças

Fernando A. Barreto Paiva
Administrador_Geral

Francisco Canuto de Medeiros
Técnico em Contabilidade — CRC — RN — N. 984

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA RECEITA E DESPESA EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

D É B I T O			C R É D I T O		
1 — Órgãos Sociais, pessoal, impostos e ou- tras Despesas Administrativas	132.140,85		1 — Comissões e Taxas Ativas	685.857,76	
2 — Depreciação do Ativo Fixo, Gastos de Organização, Provisão p/Créditos Duvido- sos e Perdas Diversas	32.924,03		2 — Juros Ativos	744.101,07	
3 — Comissões, taxas, juros, Correção Mone- tária e outras despesas com operações passivas	1.033.698,50	1.228.763,38	3 — Correção Monetária Ativa	727.322,36	
4 — Distribuição do Resultado Líquido			4 — Renda de Serviços	9.097,03	
a) Fundo de Reserva	95.258,24		5 — Rendas Eventuais	14.967,57	2.181.345,79
b) Fundo de Emergencia	47.629,12		Soma do Crédito		
c) Participação da Adm. Executiva	47.629,12		2.181.345,79		
d) Devidendos a Pagar ou Creditar	229.500,00				
e) Resultados em Suspensos	532.565,93	952.582,41			
Soma do Débito		2.181.345,79			

Natal (RN), 31 e dezembro de 1970.

Olimpio P. Moura
Administrador de Operações e Finanças

Fernando A. Barreto Paiva
Administrador_Geral

Francisco Canuto de Medeiros
Técnico em Contabilidade — CRC - RN - Nº. 984

Quem diz que "santo de
casa" não faz milá-
gres, está enganado...
...êste FAZ!



RN-ECONÔMICO é um dos tais
"santos de casa" que fazem milagres...
Em um ano de circulação possui maior
volume de leitores do que os demais
órgãos de nossa imprensa.
E o que se publica em
RN-ECONÔMICO, repercute. Aqui e fora daqui.
Lá na SUDENE, por exemplo...

Agora, RN-ECONÔMICO se expande para fazer
outros milagres. Além de RN-ECONÔMICO — revista
mensal para homens de negócios — temos agora:

1) RN-PROMOÇÃO & PUBLICIDADE,

para vender a imagem da sua empresa e
aumentar-lhe os lucros;

2) EDITORA RN-ECONÔMICO,

para cuidar da publicação de perfis industriais,
relatórios, balanços e informativos de empresas, e de todo
trabalho gráfico que requeira:
a) bom gosto; e b) boas idéias.

Editôra RN-ECONÔMICO Ltda.

Av. Rio Branco, 533 - 1º andar - S/15 e 16 - Ed. São Miguel